

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

<u>Título: Governo desiste de acabar com reserva na Amazônia</u>	5
<u>Título: Entendimento geral</u>	6
<u>Título: Horário de verão será mantido neste ano</u>	7

O Estado de S. Paulo

<u>Título: Governo desiste de enquete e mantém horário de verão</u>	12
<u>Título: Pressão faz Temer revogar decreto que extinguiu reserva</u>	13

Folha de S. Paulo

<u>Título: Horário de verão está confirmado para este ano e já começa em 15 de outubro</u>	22
<u>Título: Governo Temer foge de atritos e revoga decreto que extinguiu a Renca</u>	23
<u>Título: Voltar atrás no caso da Renca não salva governo de novos desgastes</u>	26

Correio Braziliense

<u>Título: Horário de verão é mantido</u>	31
---	----

Valor Econômico

<u>Título: Governo revoga decreto que extingue a Renca</u>	32
<u>Título: RenovaBio deve baixar combustíveis, diz MME</u>	48
<u>Título: País quer ter participação maior na exploração de terras raras</u>	63
<u>Título: Governo necessita aprimorar avaliações</u>	70

Sumário

VEÍCULO: O Globo	5
Título: Governo desiste de acabar com reserva na Amazônia	5
Título: Entendimento geral	6
Título: Horário de verão será mantido neste ano.....	7
Título: Teste de resistência	8
Título: Poder em Jogo	11
Título: Notas	11
Título: Petrobras reajusta botijão de gás em 6,9%.....	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Governo desiste de enquête e mantém horário de verão	12
Título: Pressão faz Temer revogar decreto que extinguiu reserva	13
Título: Vale tem o maior número de pedidos para explorar área	16
Título: 'Isto é uma mentira, um absurdo, um crime', diz senador	17
Título: Liberação de R\$ 12,8 bi depende de leilão.....	18
Título: Cemig quer ampliar capital em R\$ 1 bi.....	19
Título: Acionista da Braskem quer vetar recompra da Cetrel	20
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	21
Título: Após impasses, governo Temer topa acordo e aceita deixar usina de Miranda sob controle da Cemig.....	21

Título: Horário de verão está confirmado para este ano e já começa em 15 de outubro.....	22
Título: Governo Temer foge de atritos e revoga decreto que extinguiu a Renca	23
Título: Voltar atrás no caso da Renca não salva governo de novos desgastes	26
VEÍCULO: Correio Braziliense	28
Título: Deu rock & roll na extinção da Renca	28
Título: Horário de verão é mantido	31
VEÍCULO: Valor Econômico	32
Título: Governo revoga decreto que extingue a Renca	32
Título: Liberação de R\$ 12,8 bi vai esperar venda de hidrelétricas da Cemig..	34
Título: Estatais têm pior execução em dez anos.....	35
Título: Destaques	37
Título: Cemig vai emitir R\$ 1 bilhão em ações.....	38
Título: AES Tietê compra complexo solar do Grupo Cobra	39
Título: BBF substitui biodiesel por óleo de palma no NO	41
Título: Repsol quer acelerar projeto de gás natural	43
Título: MRN e Kinross reduzem produção por falta de água	44
Título: Cade tende a vetar proposta de compra da Liquigás pela Ultragas	45
Título: Siderúrgicas vão aos EUA para preservar mercados	47
Título: RenovaBio deve baixar combustíveis, diz MME	48
Título: Curtas	50
Título: Marco de disputas	50
Título: Indústria enfrenta desafio de melhorar a reputação	53
Título: Excesso de oferta segura preços do minério de ferro.....	55
Título: Previsão de alta para não ferrosos	57
Título: Valor de commodity determina decisões sobre investimentos.....	58
Título: Finlandesa investe em tecnologia e inovação	60
Título: Investimento pode cair 57% em cinco anos	61
Título: País quer ter participação maior na exploração de terras raras	63

Título: Minas terá fábrica de ímã de alta potência	65
Título: Contingenciamento de verbas pode afetar trabalho de nova agência	66
Título: Setor deve aprimorar gestão de risco de barragens	67
Título: Mineradoras enfrentam novos desafios para a sustentabilidade	68
Título: Governo necessita aprimorar avaliações	70
Título: Indústria precisa resolver como administrar produção de rejeitos	71
Título: Fundação Renova faz planos para reparação da bacia do Rio Doce	73
Título: Minas conectadas têm ganho de produtividade	74
Título: Delegações do exterior buscam novas parcerias	76
Título: Feira fortalece marcas e networking	78
Título: Mercado de tubos cresce com uso de poliuretano de alta densidade	79

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Leticia Fernandes / Manoel Ventura****Título: Governo desiste de acabar com reserva na Amazônia**

Após repercussão, Planalto vê ‘incompreensão geral’

O presidente Michel Temer decidiu ontem revogar o decreto que acabava com a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), situada entre o Pará e o Amapá, e permitia a exploração mineral em uma imensa área na Amazônia. Um novo texto será publicado hoje no Diário Oficial. Com a decisão, o governo restabelece as condições da área do tamanho do Espírito Santo, conforme o documento que instituiu a reserva em 1984, ainda na ditadura militar. A avaliação no Planalto é que houve uma “incompreensão geral” sobre o tema e que é melhor evitar o desgaste no momento em que Temer será julgado pela Câmara, atingido por uma segunda denúncia, por obstrução de justiça e organização criminosa, apresentada pelo ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot. A área abriga nove unidades de conservação ambiental e indígena, e a liberação para a mineração gerou protestos de artistas e ambientalistas. Apesar de ter cobre no nome, a reserva é rica, sobretudo, em ouro, mas também em tântalo, minério de ferro, níquel, manganês e outros minerais.

POLÊMICA DENTRO DO GOVERNO

Apesar do recuo, o Ministério de Minas e Energia (MME) informou, em nota, que as razões que levaram o governo a decidir extinguir a reserva mineral “permanecem presentes”: “O MME esclarece que as razões que levaram a propor a adoção do Decreto com a extinção da reserva permanecem presentes. O país necessita crescer e gerar empregos, atrair investimentos para o setor mineral, inclusive para explorar o potencial econômico da região”. A pasta também afirma que o debate sobre o assunto deve ser retomado “da forma mais democrática possível” e diz que “reafirma o seu compromisso e de todo o governo com a preservação do meio ambiente”. O decreto era polêmico até dentro do governo.

O Ministério do Meio Ambiente sempre foi contra a medida. O ministro Sarney Filho disse que o imbróglio envolvendo a reserva mineral foi um “desgaste desnecessário” para o governo. Sarney Filho era um dos defensores da revogação do decreto desde as primeiras críticas. Segundo relatos, Temer vinha sendo pressionado pelos ministros Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) e **Fernando Coelho Filho (Minas e Energia)**, além do presidente da Vale, Fabio Schvartsman, a não ceder para não passar a impressão de que

estava recuando. Venceu, no entanto, o entendimento de que o desgaste era muito grande para pouco ganho político. O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), também recomendou ao presidente que revogasse o decreto: — Foi duro, mas deu certo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Entendimento geral

Ao desistir de extinguir a Renca, o governo disse que houve uma “incompreensão geral da sociedade”. Não. Todo mundo entendeu muito bem e isso é que foi um problema para o governo. Como apenas uma parte pequena do território estava fora das áreas de conservação, o que ficou claro é que o fim da reserva mineral era o começo do desmonte das reservas ambientais na região.

O governo deve ter pensado que algo com o nome estranho de Renca (Reserva Nacional de Cobre e Associados) não teria apelo algum para mobilizar a opinião pública, ainda mais sendo uma reserva mineral e criada na época do governo militar. Mas o problema foi a compreensão geral da sociedade sobre o que significava tudo aquilo para a Amazônia: um risco. Primeiro, está em andamento uma escalada de desmonte de legislação ambiental, como concessão para grupos de interesse contrários à conservação. Segundo, muito recentemente o governo tomou a insensata decisão de reduzir o tamanho da Floresta Nacional de Jamanxin, em mais um sinal de incentivo aos grileiros. Jamanxin é um ícone da luta do Estado contra os desmatadores ilegais. Ela fica ao lado da BR-163 e desde que foi criada, em 2006, há pressão para que o governo recue.

Os grileiros optaram pela técnica do fato consumado: entraram depois da criação e alegam que estavam lá muito antes. Mas os arquivos das imagens de satélite de como era em 2006, e como é agora, confirmam que a invasão ocorreu após a área ser oficialmente destinada à conservação. Quando o governo aceitou a pressão para refazer os limites da Floresta Nacional, ele estimulou esta e outras invasões. A Renca é um mosaico de nove unidades de conservação que foram sendo criadas nos últimos 40 anos. E isso fez com que uma reserva que era inicialmente apenas mineral, ou seja, para evitar que houvesse mineração privada por lá, acabasse se transformando numa das áreas mais protegidas. Fica na Calha Norte, região de pouquíssima densidade populacional e grandes áreas preservadas. O governo disse, no primeiro decreto de extinção da Renca, que já está havendo garimpo ilegal por lá e que, portanto, se trata apenas de legalizar o que está sendo feito ilegalmente.

O especialista em Amazônia Beto Veríssimo, do Imazon, que fez vários estudos e trabalhos na Calha Norte, conta que os garimpeiros estão em torno do Rio Jari apenas e que o problema é de fácil solução. Na Renca, só 0,3% da floresta está desmatado. O grande perigo com o garimpo é o de contaminação dos rios por mercúrio. O temor do pesquisador Beto Veríssimo e do procurador da República Daniel Azeredo era que o governo estivesse criando o ambiente para mudar o marco regulatório das unidades de conservação, ou alterar os limites das reservas que estão dentro da Renca. Em entrevistas que me concederam, os dois disseram isso. Essa ideia fica ainda mais sólida diante da reportagem publicada ontem no GLOBO, dos repórteres Francisco Leali e Manoel Ventura, mostrando que o governo sabia desde o começo que para viabilizar a mineração na região teria que mudar as unidades de conservação ou os planos de manejo de algumas delas, como a Floresta Estadual do Paru, a Reserva Biológica de Maicuru e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Iratapuru.

Os documentos do **Ministério das Minas e Energia** apontavam a existência de minerais nessas reservas. O conflito entre o meio ambiente e a mineração ficou mais agudo após o desastre da Samarco em Mariana. Recentemente, o **ministro das Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, disse que foi um “acidente”, uma “fatalidade”. A maior tragédia ambiental do país provocada pela mineração foi fruto do descuido e do não cumprimento de regras mínimas de segurança e precaução. Depois disso, em vez de elevar os níveis de segurança, o setor da mineração aumentou a intensidade do lobby por uma legislação ainda mais flexível. A Amazônia vive, desde 2013, um retrocesso no movimento que vinha reduzindo o desmatamento. Todo mundo entendeu, perfeitamente, que o fim da Renca significaria aumento do risco de destruição na Amazônia. E por isso a reação foi tão forte.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Horário de verão será mantido neste ano

Ministros avaliam que ele faz parte da cultura do país e mudança traria ‘desgaste’

O Ministério de Minas e Energia informou ontem que vai manter o horário de verão neste ano. Com isso, a partir do dia 15 de outubro, os moradores das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste deverão adiantar os relógios em uma hora. O período vai até o 17 de fevereiro de 2018. O assunto foi discutido no domingo em reunião com o presidente Michel Temer no Palácio do Jaburu. A avaliação de ministros do governo e de líderes da base aliada foi que o horário de verão já

se tornou parte da cultura do brasileiro e acabar com essa política poderia causar “desgastes” desnecessários para o governo.

EFEITO ‘PRÓXIMO À NEUTRALIDADE’

Criado com o objetivo de economizar energia elétrica, o fim do horário de verão estava em estudo na Casa Civil. Foi criado um grupo de trabalho para avaliar a eficácia da medida, como revelou O GLOBO. O assunto passou a ser discutido após estudo do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e do Ministério de Minas e Energia concluir que essa política pública traz efeitos “próximos à neutralidade” com relação à economia de energia elétrica. O programa foi instituído pela primeira vez no Brasil no verão de 1931/1932 e vem sendo adotado continuamente desde 1985. Segundo dados do governo, a economia com o última edição do horário (entre outubro de 2016 e fevereiro) foi de R\$ 159,5 milhões. Esse valor, considerado baixo pelo setor elétrico, é decorrente da redução do uso de usinas termelétricas para complementar a demanda por energia. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, Geralda Doca e Ramona Ordoñez

Título: Teste de resistência

Após 2ª denúncia contra Temer, leilões de usinas e petróleo podem render R\$ 13,7 bi ao governo.

Logo após a segunda denúncia contra o presidente Michel Temer, apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), chegar à Câmara, o governo tem amanhã o desafio de atrair investidores para os primeiros leilões de grande porte após o início da crise política. Estão marcadas as licitações para a concessão de quatro hidrelétricas operadas pela Cemig e, no mesmo dia, a 14ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O governo prevê arrecadar, ao menos, R\$ 13,7 bilhões com as licitações das hidrelétricas e de petróleo, considerando que todos os ativos serão arrematados com ágio. Embalado com o sucesso nas concessões de aeroportos, as licitações serão o primeiro grande teste da capacidade de o governo Temer atrair investidores nacionais e estrangeiros no setor de energia.

Esses leilões estão cercados de expectativas da equipe econômica quanto à capacidade de arrecadação. Os recursos vão direto para os cofres do Tesouro e são fundamentais para fechar as contas deste ano (que têm um rombo previsto de R\$ 159 bilhões). A expectativa de fontes da equipe econômica é que a arrecadação ultrapasse R\$ 12 bilhões só no caso das hidrelétricas — os lances

mínimos somam R\$ 11 bilhões. Serão licitadas as concessões por 30 anos para as usinas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande. Juntas, as quatro hidrelétricas, localizadas em Minas Gerais, têm 2.922 megawatts (MW) de capacidade instalada. Vence a empresa que se dispuser a pagar o maior valor pelas usinas. — Vai ter o leilão da Cemig e vai ser um êxito. São mais de oito empresas interessadas. Ele vai atender e superar as expectativas de arrecadação. Os ativos são muito bons, porque a renda é fixa, já começa a receber no outro dia. Tenho certeza de que vai ser um sucesso, vou estar lá e até já comprei a passagem — disse o secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos, Adalberto Vasconcelos.

‘INVESTIMENTO É QUASE UMA RENDA FIXA’

As maiores apostas são na chinesa State Power Investment Corporation (SPIC), a francesa Engie, a italiana Enel e a mineradora Vale. Essas empresas já depositaram as garantias milionárias para participar da disputa, segundo fontes. O cronograma previa que os interessados tinham até a semana passada para depositar um montante de R\$ 55 milhões para cada usina que pretendam disputar. A capacidade de gerar energia das usinas é equivalente a quase metade do parque gerador da Cemig. Como a estatal alega que tem direito de renovar o contrato das hidrelétricas, a licitação se transformou numa disputa judicial. Só na semana passada, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) liberou a realização do certame. E, mesmo assim, uma decisão definitiva sobre a briga só será tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para o economista Claudio Frischtak, da Inter. B

Consultoria, a disputa pelas usinas da Cemig pode ter ágio de 20% sobre os lances mínimos. Segundo ele, as usinas são ativos interessantes pois não necessitam de investimentos significativos e podem oferecer retorno elevado. — Vai ter uma certa disputa e deve dar algum ágio. Comprar ativos já existentes como essas hidrelétricas, mesmo com essa instabilidade política, vale à pena. O investimento é quase uma renda fixa, com ganhos potenciais. Para o investidor, o importante é a estabilidade jurídica — destacou. A pressão política de deputados e senadores de Minas Gerais fez com que o governo aceitasse negociar com a empresa, que vem tentando fechar um acordo para continuar operando ao menos uma usina, a de Miranda, pagando R\$ 1,1 bilhão. Segundo um integrante da equipe econômica, em nenhum momento a empresa demonstrou capacidade financeira para ficar com as usinas.

A tentativa mais recente, o aumento de capital, não deve prosperar, porque esse tipo de operação só tem valor para União se os acionistas aportarem dinheiro. E não há mais tempo hábil para isso, disse a fonte. — Endividada, a empresa não tem condições de participar do leilão das usinas. E, para completar, os bancos estão cobrando da Cemig pouco mais de um R\$ 1 bilhão

referente a contratos de opção feitos no passado. O quadro mais provável hoje é leiloar as quatro usinas da Cemig — disse um integrante da equipe econômica. No caso do petróleo, serão ofertados 287 blocos, em terra e no mar. Um dos principais atrativos do leilão está na Bacia de Campos. Ao todo, a ANP está oferecendo dez blocos que margeiam o polígono do pré-sal, em águas ultraprofundas, e têm potencial para reservas abaixo da camada de sal.

Estão inscritas 32 empresas nacionais e estrangeiras, desde gigantes do setor (ExxonMobil, Shell, BP, Total) até companhias menores. Outras seis petroleiras estrangeiras estão buscando oportunidades para entrar no mercado brasileiro este ano, com destaque para a Petronas, da Malásia, uma das grandes petroleiras, e a Capricorn (da Índia). A expectativa é que as pequenas e médias tenham maior participação, mas especialistas avaliam que as gigantes do setor podem se interessar por blocos específicos, especialmente os próximos do pré-sal. O governo prevê arrecadar, no mínimo, R\$ 1,7 bilhão com o leilão, considerando que todos os blocos serão arrematados pelo menor valor.

A empresa que oferecer o maior bônus de outorga pelo ativo leva a concessão do bloco. O leilão de petróleo é o primeiro teste de atratividade do setor após uma série de mudanças pró-mercado adotadas pelo governo Temer e ocorre dois anos após a última licitação de blocos exploratórios, em 2015, que despertou pouco interesse por parte das empresas. De lá para cá, o governo reduziu as exigências para conteúdo local, alongou por 20 anos o Repetro (que isenta imposto de importação de produtos para a indústria de petróleo) e tirou a exclusividade da Petrobras atuar como operadora no pré-sal. A licitação marca a volta da estatal aos leilões, após quatro anos. Para o secretário executivo do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Antonio Guimarães, o setor é menos sensível a questões políticas e mais preocupado com aspectos regulatórios: — Arrematar um bloco para exploração é como um casamento para durar 30 a 35 anos. Temos uma expectativa maior em relação a esse leilão, em razão do trabalho feito pelo governo.

Na visão de analistas, os leilões terão êxito, independentemente da crise política. Conspiram a favor as características do setor de energia e de petróleo, considerados bons ativos, com marcos regulatórios consolidados, um excesso de liquidez no mundo e a percepção de que a economia está descolada dos problemas enfrentados pelo governo no Congresso. Eles destacam que as disputas vão atrair, principalmente, os estrangeiros. — Os ativos que são bons, a economia está separada da crise política, e o marco regulatório está mais confiável. Pelo que tenho ouvido do mercado, há interesse e haverá disputa — disse o presidente da BF Capital, Renato Sucupira. Apesar dos problemas que o governo enfrenta no Congresso, destacou, as instituições estão funcionando bem no Brasil. — A cabeça do investidor está mais ligada no longo prazo — observou Sucupira.

‘ECONOMIA RELATIVAMENTE BLINDADA’

Gesner Oliveira, da GO Associados, vai na mesma linha. Ele destacou que há boas oportunidades no Brasil para os investidores estrangeiros e que o ambiente institucional melhorou: — A economia está relativamente blindada. Além disso, existe uma percepção de que a equipe que está conduzindo as licitações tem uma política adequada e confiável. Por isso, há apetite por parte dos investidores. Para Carlos Roberto Siqueira Castro, sócio do escritório de advocacia Siqueira Campos, a disputa será acirrada. Ele destacou que, apesar da disputa judicial da Cemig com o governo para continuar com as usinas, já há um quadro jurídico que dê segurança aos investidores em participar da concorrência. Segundo ele, a licitação da nova rodada de óleo e gás também promete depois que o governo mexeu na modelagem do setor. — Haverá um interesse muito grande. O resultado pode até superar o previsto pelo governo nesta rodada — avaliou Castro.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Política / colunas****Autor: Lydia Medeiros****Título: Poder em Jogo****Batalhas de Temer**

Michel Temer tem encontro marcado em duas frentes da crise. Uma, no Congresso, que se prepara para analisar a segunda denúncia contra o presidente. Outra, nos leilões das usinas da Cemig e de concessões para a exploração e produção de petróleo e gás. No primeiro caso, terá de reabrir negociações de verbas e cargos com os parlamentares para evitar um processo no STF por formação de quadrilha. No segundo, precisará ter sucesso para arrecadar recursos essenciais para o cumprimento da meta fiscal. Temer luta para salvar o mandato e o balanço das contas de seu governo.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Notas****Dedo na tomada**

A Eletrobras entrou com ação contra o Consórcio Angramon — Odebrecht, UTC, Techint, Andrade Gutierrez, EBE, Queiroz Galvão, Camargo Correa —, de Angra

3. As obras de construção da usina nuclear foram, como se sabe, interrompidas em 2015 e, segundo o TCU, houve fraude na licitação.

Só que...

O que a estatal da energia teme é que haja prescrição dos possíveis crimes cometidos por esta turma do concreto. Daí, recorreu à Justiça para evitar que o tempo atue a favor do consórcio e evite, no futuro, o ressarcimento de danos.

Ponto Final

O que faz a Agência Nacional do Petróleo que não fiscaliza o comércio de gás na Rocinha ligado ao tráfico? Os órgãos do Estado têm que subir a favela, e não só os militares.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Cássia Almeida

Título: Petrobras reajusta botijão de gás em 6,9%

A Petrobras anunciou um reajuste de 6,9% no preço do botijão de gás de até 13 quilos (GLP) para uso residencial, a partir de hoje. Segundo a Petrobras, esse aumento repassa a variação de preços do mercado internacional apresentada ao longo de agosto. Se o reajuste for integralmente repassado aos preços ao consumidor, a companhia estima que o preço do botijão de gás pode subir, em média, 2,6%, ou cerca de R\$ 1,55 por botijão, isso se forem mantidas as margens de distribuição e de revenda e as alíquotas de tributos. A estatal também anunciou mudanças nos preços da gasolina e do diesel. Mas, nesses casos, haverá redução nas refinarias de 0,3% (gasolina) e 0,4% (diesel), também a partir de hoje.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Governo desiste de enquete e mantém horário de verão

Relógios terão de ser adiantados em uma hora no dia 15 de outubro; medida vai vigorar até o dia 17 de fevereiro.

Embora não proporcione mais economia de energia como no passado, principal motivo de sua aplicação, o horário de verão vai ser mantido este ano. Segundo o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, a enquete que seria feita

para ouvir a opinião da população sobre essa política pública ficará para depois. Neste ano, o horário de verão vai começar no dia 15 de outubro, quando os relógios das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste devem ser adiantados em uma hora. Ele termina no dia 17 de fevereiro, quando os relógios deverão ser atrasados em uma hora.

Segundo Coelho Filho, o governo avaliou que não haveria tempo hábil para fazer uma consulta à população sobre o assunto para tomar uma decisão válida para este ano. A enquete, no entanto, será realizada, mas com mais tempo para que a população possa opinar e para que o governo possa deliberar sobre a questão. "Queremos fazer uma consulta à população com mais tempo, como a Casa Civil já anunciou", disse o ministro ao Estadão/Broadcast. "Ficou apertado. Vamos fazer esse levantamento e, dependendo de como for a reação, avaliamos isso mais para frente."

Estudos realizados pelo **Ministério de Minas e Energia** apontam que o horário de verão não proporciona economia de energia, conforme adiantou o Estadão / Broadcast em junho.

"Tendo em vista as mudanças no perfil e na composição da carga que vêm sendo observadas nos últimos anos, os resultados dos estudos convergiram para a constatação de que a adoção desta política pública atualmente traz resultados próximos à neutralidade para o consumidor brasileiro de energia elétrica, tanto em relação à economia de energia, quanto para a redução da demanda máxima do sistema", informou o MME.

De acordo com esses estudos, não é mais a incidência de luz natural que influencia os hábitos do consumidor, mas sim a temperatura. A popularização dos aparelhos de ar condicionado é uma das principais razões dessa mudança. Como o calor é mais intenso no início da tarde, os picos de consumo são registrados atualmente nesse período. De acordo com dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o horário de ponta ocorre entre 14h e 15h, e não mais entre 17h e 20h.

No passado, o horário de maior consumo de energia era registrado entre 17h e 20h, quando os trabalhadores retornavam para casa e tomavam banho. Para dar mais folga e segurança ao sistema, adiantar os relógios em uma hora permitia, por exemplo, adiar o acionamento da iluminação pública nas ruas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Carla Araújo / Tânia Monteiro / Giovana Girardi

Título: Pressão faz Temer revogar decreto que extinguiu reserva

Sob protestos de ambientalistas e da comunidade artística, presidente recuou em ato que abria a possibilidade de exploração privada da Renca, reserva mineral criada em 1984; região é uma das mais bem preservadas entre Pará e Amapá

O presidente Michel Temer decidiu revogar o decreto que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), uma área da floresta entre os Estados do Amapá e do Pará. Segundo auxiliares, a decisão levou em consideração a polêmica em torno do decreto e, diante de novas pressões, o presidente decidiu abrir o tema para o debate. A revogação será publicada hoje no Diário Oficial da União, restabelecendo os limites definidos em 1984.

No dia 14 deste mês, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara pediu a revogação definitiva do decreto. "A maneira agressiva que foi feito (o decreto) não só causou constrangimento da sociedade, mas do Parlamento como um todo, atingindo a Câmara e o Senado", afirmou o presidente da comissão, Ricardo Trípoli (PSDB-SP), na ocasião.

Na semana passada, mais de 200 deputados e 28 senadores também haviam protocolado um pedido de criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar o decreto. No Senado, poderia entrar em votação o projeto de decreto legislativo de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) para sustar o ato presidencial.

O decreto de extinção da reserva foi assinado pelo presidente Michel Temer em 23 de agosto. Diante da repercussão negativa, o governo fez outro decreto deixando claro que as áreas protegidas da região não seriam afetadas – o que não aplacou as críticas. O Ministério de Minas e Energia, depois, publicou portaria para congelar por 120 dias a suspensão da reserva.

O decreto original provocou uma onda de protestos de ambientalistas e artistas, como a modelo Gisele Bündchen, que acusaram o presidente de estar "vendendo" uma parte da Amazônia para interesses de mineradoras estrangeiras. As críticas chegaram até ao Rock in Rio, novamente pela voz de Gisele e da líder indígena Sônia Guajajara, que fez um protesto durante a apresentação de Alicia Keys.

O Ministério de Minas e Energia informou, por meio de nota, ter encaminhado ao Palácio do Planalto a solicitação para revogação do decreto. No comunicado, diz que "o País necessita crescer e gerar empregos, atrair investimentos para o setor mineral, inclusive para explorar o potencial econômico da região". E disse que o debate será retomado "mais para frente".

Proteção mineral.

A Renca não foi estabelecida como uma área de proteção ambiental. Ela foi criada para assegurar a exploração mineral ao governo, mas com o passar dos anos acabou ajudando a proteger a região, na calha norte do Rio Amazonas, que é hoje uma das mais bem preservadas da Amazônia.

A reserva mineral foi criada em 1984, pelo então governo militar, que delimitou um retângulo de 4,7 milhões de hectares na região entre o Pará e o Amapá – rico em ouro, nióbio e outros metais, onde somente o próprio governo poderia exercer qualquer atividade mineral. Havia um bloqueio a empresas privadas, que foi levantado pelo decreto de agosto do presidente Michel Temer.

Ao longo desses 33 anos, no entanto, a região praticamente não teve exploração mineral – salvo a ação de alguns garimpeiros. E os governos federal e estaduais foram criando nove áreas protegidas na região – sete unidades de conservação (UCs) e duas terras indígenas (TIs) na área –, que acabaram se sobrepondo à Renca.

Hoje quem de fato preserva a floresta ali são essas UCs e TIs. Com Renca ou sem Renca, é possível hoje ter exploração mineral em algo entre 15% e 30% dos 4,7 milhões de hectares. Em unidades de conservação de uso sustentável, como é o caso das florestas estaduais do Paru e do Amapá, é permitida a exploração mineral, ainda assim com limites. Já nas UCs de proteção integral e nas terras indígenas, a mineração é vetada.

O temor de ambientalistas era que, com a extinção da Renca, haveria um boom de interesse de empresas de mineração pela região. "Além das áreas afetadas pela lavra, a mineração pediria a construção de vias para escoamento mineral, com grande impacto em áreas de floresta hoje altamente preservada. A chegada dos trabalhadores para a construção dessas vias traz doenças e outros problemas associados a esse tipo de projeto: violência, alcoolismo, prostituição e ruptura de estruturas sociais nas comunidades estabelecidas", escreveu na ocasião o economista Carlos Eduardo Young, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O Ministério do Meio Ambiente tinha se mostrado contrário a essa medida. E o ministro Sarney Filho afirmou, em entrevista ao jornal Valor Econômico, que foi pego de surpresa com a decisão de Temer de extinguir a Renca.

Garimpo. O diretor executivo do WWF-Brasil, Maurício Voivodic, afirma que o problema não é a mineração em si, mas o fato de o governo não ter feito um debate sobre a questão nem dado transparência sobre o que seria feito ali nem quais seriam as medidas mitigatórias para evitar danos. "Da forma como foi feito, parecia que para o governo os impactos ambientais e sociais que

poderiam haver na região eram irrelevantes. E a única análise técnica, feita pelo Ministério do Meio Ambiente, havia sido ignorada."

Ele alerta também que o governo não pode dar as costas para região. "É preciso tratar a questão do garimpo ilegal e trazer um plano de desenvolvimento sustentável para a região, porque as comunidades ali estão desassistidas", diz.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Leonencio Nossa e Tânia Monteiro

Título: Vale tem o maior número de pedidos para explorar área

De 154 solicitações, 104 eram da empresa; no governo, só Gabinete de Segurança Institucional era contrário ao decreto

A Vale foi a empresa que apresentou mais pedidos de licença para a exploração mineral na Reserva Nacional do Cobre (Renca). O Ministério de Minas e Energia estabeleceu, na publicação do decreto presidencial que extinguiu a reserva, que apenas pedidos de exploração e pesquisa anteriores a 1984, ano de criação da Renca, seriam analisados. A mineradora detém a maioria dos pedidos antigos.

Publicada em abril, a Portaria 128, do **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Bezerra Filho**, indeferia os pedidos pós-criação da reserva, em um total de 551 – e nessa lista de rejeitadas estão subsidiárias da Vale e de grandes empresas do setor, como a Anglo American. Dos 154 pedidos de exploração e pesquisa antigos e passíveis de análise, pelo menos 104 eram de empresas da Vale.

Os dados são do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e do cadastro de empresas jurídicas do Ministério da Fazenda. Uma parte das empresas dessa lista já teve baixas e seus pedidos e direitos foram incorporados por outras.

Para ter acesso à Renca, a Vale operou por meio de um emaranhado de empresas. Uma delas é a Mineração Guanhães, com 19 pedidos de licença. Neste ano, a Guanhães ainda obteve do DNPM direitos de mineração das empresas Itapi, Bacajá, Iriri, Araguaia, Capoeirana e Tapajós, antigos registros da companhia que têm pedidos de exploração da reserva. Dados do Ministério da Fazenda mostram que a Guanhães está ativa e funciona no terceiro andar de um prédio na Avenida Graça Aranha, no centro do Rio, espaço ocupado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (Valia). A Guanhães tem entre seus sócios a própria Vale S.A. e a Docepar, outra subsidiária da mineradora. Procurada, a Vale negou ser proprietária.

Bastidores. A proposta de extinção da Renca foi costurada por Vicente Lôbo, secretário de Mineração, Geologia e Transformação Mineral, da pasta de Minas e Energia. Ele fez carreira na Vale. Outro ex-executivo da Vale em cargo influente no ministério é Eduardo Ledsham, presidente do Serviço Geológico do Brasil.

Os dois executivos foram nomeados para os cargos pelo atual **ministro de Minas e Energia Fernando Bezerra Coelho Filho**, com chancela do Palácio do Planalto. O ministro é filho do senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), que se aproximou da Vale quando integrou, em novembro de 2015, comissão no Senado para investigar o rompimento da barreira de rejeitos de Mariana, em Minas Gerais.

O ministro Eliseu Padilha, da Casa Civil, acompanhou de perto a elaboração da proposta de extinção da Renca. A princípio, se cogitou fazer a abertura da reserva por meio de um projeto da bancada da mineração no Congresso. Depois, se avaliou que um decreto presidencial seria a opção mais rápida.

O ministro de Meio Ambiente, José Sarney Filho, não apresentou resistência à proposta. O único setor que demonstrou posição contrária foi o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), pasta comandada por militares. O GSI também se posiciona contrário ao projeto do Senado 398, que libera a exploração mineral em áreas de fronteira, uma antiga demanda da Vale. O senador Fernando Bezerra Coelho é o relator atual.

Na Casa, Bezerra Coelho contou com o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) na articulação política para extinguir a Renca. Foi a partir daí que a Casa Civil chancelou a proposta e abriu caminho para o polêmico decreto do presidente Michel Temer de extinção da Renca. Três representantes atuantes da bancada da mineração na Câmara e no Senado disseram ao Estado que o decreto da Renca foi uma negociação exclusiva do grupo de Bezerra Coelho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor:

Título: 'Isto é uma mentira, um absurdo, um crime', diz senador

Os senadores Fernando Bezerra Coelho e Davi Alcolumbre negam participação no lobby para extinguir a reserva. "O senador Fernando Bezerra Coelho afirma, com veemência e indignação, que isto é uma mentira, um absurdo, um crime", afirmou a assessoria de Coelho. Antes do governo Temer recuar, Alcolumbre disse ao Estado que o motivo da conversa com o colega foi para discutir a saída de parlamentares do PSB para o DEM. E defendeu o decreto. "A gente já dá para

o mundo a nossa contribuição, preservando 74% da floresta", disse o senador, referindo-se à vegetação preservada no Amapá. "É preciso compatibilizar."

A Vale, por meio de sua assessoria, disse que não comenta informações sobre o processo de articulação política de extinção do decreto da Renca. A empresa ressaltou que até 1984 era estatal e não comentou pedidos posteriores para mineração.

A Casa Civil afirmou que o decreto era de "competência do Ministério de Minas e Energia", que não se pronunciou. O mesmo ocorreu com o ministro José Sarney Filho (Ambiente). / T.M. e L.N.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli

Título: Liberação de R\$ 12,8 bi depende de leilão

Equipe econômica diz que só permite o descontingenciamento de verbas do Orçamento com sucesso de licitação

A equipe econômica condicionou a liberação de R\$ 12,824 bilhões que estavam bloqueados no Orçamento deste ano ao resultado do leilão de quatro usinas que pertenciam à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). A estatal mineira fez ontem novo pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que suspenda o certame, marcado para a próxima quarta, mas o governo mantém o otimismo em relação ao resultado.

A expectativa é obter R\$ 11,1 bilhões com o leilão. Mas, como essas receitas ainda são incertas, o governo recomendou parcimônia no relatório de avaliação de receitas do 4.º bimestre, divulgado na sexta-feira. "No caso do Poder Executivo, como medida prudencial, recomenda-se que o montante de R\$ 11,1 bilhões não seja liberado imediatamente, tendo em vista a necessidade de confirmação do resultado esperado do leilão das usinas hidrelétricas", diz o documento.

O decreto de programação orçamentária, que tornará efetiva a liberação de recursos, precisa ser publicado até o dia 30 deste mês. Até lá, o governo já terá em mãos o resultado do leilão. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já derrubou liminar que impedia a realização do leilão, o que trouxe alívio ao governo. Em coletiva na semana passada, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, buscou transmitir confiança no resultado. "Basicamente, temos dois leilões (no dia 27): o de petróleo e o da Cemig. Atualmente, nada leva a crer que eles não

serão bem sucedidos. Pelo contrário, temos muitos interessados nos leilões", afirmou.

Ágio

A expectativa da equipe econômica inclusive é de que o leilão seja disputado, rendendo ágio (valor acima do preço mínimo) aos cofres da União. Se isso ocorrer, esse dinheiro pode ser usado como um "colchão" para liberar mais despesas, uma vez que o alívio de R\$ 12,8 bilhões "é pequeno" diante das restrições impostas aos órgãos, disse o ministro. As áreas que mais preocupam, segundo ele, são segurança, defesa, educação, ciência e tecnologia e a rede de atendimento à população.

A liberação de recursos do Orçamento, cujo valor foi antecipado pelo Estadão/Broadcast, só será possível porque o Congresso Nacional autorizou a equipe econômica a entregar um rombo maior neste ano, de R\$ 159 bilhões. Antes, a meta a ser perseguida era de déficit de R\$ 139 bilhões. Mas um eventual revés no leilão das usinas da Cemig pode reduzir drasticamente o espaço disponível para a liberação dos recursos.

O governo conta com a liberação para desafogar a máquina administrativa, que corre um risco de um "apagão" (shutdown) diante do corte severo de gastos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth e Mariana Durão

Título: Cemig quer ampliar capital em R\$ 1 bi

Conselho vai avaliar proposta de emissão de ações, mais uma tentativa da empresa para ficar com algumas das usinas que vão a leilão amanhã.

A Cemig vai propor a seus acionistas um aumento de capital de até R\$ 1 bilhão para tentar ficar com algumas de suas usinas. A informação foi antecipada pelo "Estadão/Broadcast" e, mais tarde, confirmada pela companhia. O governo marcou o leilão das hidrelétricas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande para amanhã e pretende arrecadar R\$ 11 bilhões.

Um dos parlamentares mais ativos na defesa da Cemig, o vice-presidente da Câmara, deputado Fabio Ramalho (PMDB-MG), disse que a operação terá como objetivo captar recursos para pagar a outorga de pelo menos uma das usinas. A intenção é ficar com Jaguará, cujo lance mínimo é de R\$ 1,911 bilhão, ou Miranda, que deve custar R\$ 1,110 bilhão. Sem as quatro usinas, a Cemig terá uma redução de 36% em seu parque gerador.

Para levantar os recursos necessários, a Cemig também aguarda a resposta do Citibank, para quem solicitou financiamento. Além disso, a empresa pretende vender alguns ativos, como a participação da empresa na transmissora Taesa, para conseguir manter ao menos parte das hidrelétricas sob seu controle. Ontem, o conselho de administração da empresa convocou uma assembleia-geral extraordinária (AGE) no dia 26 de outubro para votar a proposta de aumento de capital de até R\$ 1 bilhão, com a emissão de até 200 milhões de novas ações.

Se conseguir homologar um acordo por uma das duas usinas (Jaguara ou Miranda), a Cemig vai tentar disputar a outra no leilão. A ideia é tentar arrematar ao menos uma delas por meio da Aliança Energia, empresa que pertence à Vale (55%) e à Cemig (45%). Os dois maiores acionistas da Cemig são o Estado de Minas Gerais, com 17,17%, e a Andrade Gutierrez, com 6,70%. O BNDESPar detém 6,40%. Para manter as mesmas posições, os acionistas precisam usufruir o direito de preferência na compra de ações. Caso contrário, pode haver diluição de participação dos detentores em até 13,7%, informou a companhia.

O presidente da companhia, Bernardo Alvarenga, chega a Brasília hoje para tentar viabilizar o acordo. Se a proposta for homologada, a Cemig vai desistir da disputa judicial pelas hidrelétricas, desde que o governo federal faça o mesmo. Na semana passada, a Cemig voltou a pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) que suspenda o leilão até que as negociações com o governo sejam concluídas.

Ações. De acordo com a Cemig, o aumento de capital será realizado por meio de subscrição particular, com a emissão de até 66.849.505 novas ações ordinárias (com direito a voto) e 133.150.495 novas ações preferenciais (com prioridade na distribuição de dividendos). O preço da ação será de R\$ 6,57.

Os atuais acionistas da companhia terão preferência na operação. "Será dada preferência aos atuais acionistas da companhia de participarem do aumento de capital na proporção de suas participações sociais, sendo 0,1588762172 de nova ação para cada ação que possuírem ao final do dia da AGE que autorizar o aumento de capital", informou a empresa. / colaboraram

LUCIANA COLLET, WAGNER GOMES E FÁTIMA LARANJEIRA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor:

Título: Acionista da Braskem quer vetar recompra da Cetrel

Um grupo de minoritários da Braskem está se movimentando para barrar a recompra da companhia de saneamento Cetrel, hoje nas mãos da Odebrecht, controladora da petroquímica. A compra do ativo por R\$ 610 milhões foi anunciada em janeiro e a assembleia de acionistas para deliberar sobre o tema está marcada para ocorrer nesta semana. O argumento dos minoritários é que o negócio de saneamento está fora do negócio chave da Braskem e que a transação apenas se justifica para que a Odebrecht obtenha liquidez, em um momento em que a empresa corre atrás de recursos para o pagamento de seu acordo de leniência. A Cetrel lucra anualmente cerca de R\$ 18 milhões, o que, para os minoritários, evidencia o preço salgado da operação. A empresa, localizada no polo de Camaçari, foi vendida pela Braskem à Odebrecht em 2012.

» **Ajudinha.** O grupo buscará reforço para seu pleito junto à Petrobrás, acionista da Braskem com 47% das ações ordinárias - aquelas com direito a voto. A Odebrecht possui 50,1% dessa classe de ações. Por ser uma transação entre partes relacionadas, a Odebrecht não pode votar na assembleia. Procurada, a Braskem não comentou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Após impasses, governo Temer topa acordo e aceita deixar usina de Miranda sob controle da Cemig

POR PAINEL

Martelo batido O governo Michel Temer topou acordo proposto pela bancada de Minas Gerais para manter sob controle da Cemig uma das quatro hidrelétricas incluídas no leilão previsto para esta quarta (27), a usina de Miranda. O acerto prevê que a estatal pague pela renovação da concessão em 15 de dezembro. A empresa ainda busca uma carta fiança do Citibank para tentar manter outra das usinas que serão negociadas no leilão, a de Jaguará. Tem até esta terça (26) para apresentar os recursos.

Ver para crer Integrantes do Planalto que deram sinal verde para o acordo esperam que a Cemig, em contrapartida, tome “algumas iniciativas legais” — a estatal mineira questiona o leilão no Supremo. Apesar do acerto, ainda há desconfiança.

Arestas O vice-presidente da Câmara, Fábio Ramalho (PMDB-MG), um dos artífices do acordo, disse que haverá nesta terça (26) um encontro com o ministro Dias Toffoli, do STF, para tentar selar o entendimento. A retirada de Miranda do pacote do leilão precisaria ser homologada.

Rei do camarote Ramalho, aliás, aproveitou que tinha compromissos no Rio na sexta (22) e nesta segunda (25) para passar o fim de semana no Rock in Rio. “Na vida a gente também tem que ter alegria, né?”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: LAÍS ALEGRETTI GUSTAVO URIBE DE BRASÍLIA

Título: Horário de verão está confirmado para este ano e já começa em 15 de outubro

O **Ministério de Minas e Energia** confirmou nesta segunda-feira (25) que haverá horário de verão neste ano. Pela regra atual, o horário de verão entra em vigor no terceiro domingo de outubro (15) e termina no terceiro domingo de fevereiro (18). A mudança vale para Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O governo chegou a cogitar o fim do horário de verão, mas optou por manter pelo menos até este ano. Uma pesquisa pode ser feita para avaliar a implementação do horário de verão em outros anos. A definição caberá ao Palácio do Planalto, segundo o ministério.

Na noite de domingo (24), em reunião no Palácio do Jaburu, o presidente havia afirmado que pretendia manter o horário de verão, mas que aguardava posicionamento da pasta, o que se confirmou nesta segunda. No encontro, a equipe presidencial considerou que o horário de verão já se tornou um hábito dos brasileiros e que a mudança pode criar um desgaste desnecessário ao presidente.

A discussão da mudança ocorre no momento em que o peemedebista tenta barrar nova denúncia contra ele, desta vez por obstrução judicial e organização criminoso.

Desde 2008, um decreto presidencial estabelece as datas para o início e término do programa de economia de energia. A última edição foi de 16 de outubro de 2016 a 19 de fevereiro de 2017. No período, a economia foi de R\$ 159,5 milhões, decorrentes da redução do uso de usinas termelétricas para complementar a geração de energia.

O valor ficou abaixo do verificado na edição anterior (2015/2016), quando foram poupados R\$ 162 milhões. A economia reflete o maior uso de iluminação natural neste período, quando os relógios são adiantados em uma hora nos Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. A alteração não vigora nos Estados do Norte e Nordeste.

O horário de verão vem perdendo importância. Nos últimos anos, o horário de pico no consumo de energia se deslocou do início da noite para o início da tarde, principalmente no verão, quando um maior número de aparelhos de ar condicionado está em operação. O programa foi instituído pela primeira vez no

Brasil no verão de 1931/1932 e vem sendo adotado continuamente desde 1985.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: GUSTAVO URIBE TALITA FERNANDES LAÍS ALEGRETTI DE BRASÍLIA

Título: Governo Temer foge de atritos e revoga decreto que extinguiu a Renca

Sob críticas de entidades ambientais, o presidente Michel Temer (PMDB) decidiu revogar o decreto que extinguiu a reserva na região amazônica conhecida como Renca (Reserva Nacional do Cobre Associados).

A informação foi confirmada pelo **Ministério de Minas e Energia**, por meio de nota, no início da noite desta segunda-feira (25). O texto defende que "o debate em torno do assunto deve ser retomado em outra oportunidade" e deve ocorrer "da forma mais democrática possível".

"As razões que levaram a propor a adoção do decreto com a extinção da reserva permanecem presentes. O país necessita crescer e gerar empregos, atrair investimentos para o setor mineral, inclusive para explorar o potencial econômico da região", diz a nota do ministério.

Nesta terça-feira (26), será publicado novo decreto no Diário Oficial da União, que revoga as iniciativas de Temer e restabelece as regras que vigoram desde 1984.

Esse será o terceiro decreto do peemedebista sobre o mesmo tema desde que ele decidiu abrir a região para investimentos privados na área de mineração, em agosto.

A decisão de revogar o decreto foi tomada no final de semana. O presidente tratou do tema com o ministro Fernando Coelho Filho (Minas e Energia) e consultou a base aliada sobre o impacto político de extinguir a reserva.

O presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira (PMDB-CE), foi um dos consultados que se manifestou contra a manutenção da extinção da reserva. "Estou muito feliz e recompensado com a decisão do presidente Michel Temer em revogar o decreto que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), uma área com mais de 4 milhões de hectares, na divisa entre o Amapá e o Pará", escreveu Eunício na internet.

"O presidente mostrou sensibilidade política, administrativa, além de responsabilidade com o meio ambiente", afirmou Oliveira.

A avaliação do Planalto foi que o tema criaria um desgaste desnecessário junto à opinião pública e à classe artística no momento em que ele tenta barrar nova denúncia, desta vez por obstrução judicial e organização criminosa.

Em nota nesta segunda (25), o Greenpeace afirmou que "não há governante absolutamente imune à pressão pública". Segundo a entidade, o recuo é "uma vitória da sociedade sobre aqueles que querem destruir e vender a floresta".

RECUOS

O primeiro decreto extinguiu a Renca, que possui reservas minerais de ouro, ferro e cobre. Ela foi criada em 1984, durante o regime militar.

O primeiro recuo do presidente foi ainda em agosto, quando apresentou um novo decreto sobre o tema, menos de uma semana depois de tê-la proposto, com mais detalhes da medida.

Depois, em mais um recuo, o MME (Ministério de Minas e Energia) informou que paralisou todos "procedimentos relativos a eventuais direitos minerários" na área da Renca. A extinção representou, inicialmente, a vitória do MME em uma queda de braço com o Ministério de Meio Ambiente.

Uma nota técnica de junho sobre a reserva na Amazônia –mais de um mês antes da publicação do decreto de Temer–, mostra que o Meio Ambiente se posicionou contra a extinção da reserva. A pasta afirmou que a "área é composta por uma floresta densa e exuberante, cujo entorno também está bem preservado."

Nesse período, houve ainda uma série de decisões judiciais contrárias ao governo em várias regiões do país.

Em nota, o Ministério de Minas e Energia disse ainda que reafirma o seu compromisso e de todo o governo com a preservação do ambiente e também com as salvaguardas previstas na legislação de proteção e preservação ambiental.

ARTISTAS

Além de ambientalistas, houve forte pressão de artistas para que o governo federal voltasse atrás na decisão de extinguir a Renca.

Um grupo foi no último dia 12 a Brasília pressionar a Presidência da República, então exercida interinamente por Rodrigo Maia, pela revogação do decreto.

No grupo estavam os atores Susana Vieira, Luiz Fernando Guimarães, Victor Fasano, Alessandra Negrini, Christiane Torloni, Arlete Salles e Maria Paula, os cantores Maria Gadú, Rappin' Hood e Tico Santa Cruz e a atriz e produtora Paula Lavigne.

Outra famosa que fez pressão, especialmente via redes sociais, foi Gisele Bündchen, que, à época do primeiro decreto, escreveu: "VERGONHA! Estão leiloando nossa Amazônia! Não podemos destruir nossas áreas protegidas em prol de interesses privados."

VAIVÉM DA RENCA

NOME

Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca)

ÁREA

46.450 km², entre o Amapá e o Pará

ANO DE CRIAÇÃO

1984

COMPOSIÇÃO

A área da reserva mineral se sobrepõe a outras áreas de proteção e terras indígenas

- **Áreas de proteção integral:** Estação Ecológica do Jari, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Reserva Biológica de Maicuru
- **Áreas de uso sustentável dos recursos:** Reserva Extrativista Rio Cajari, Floresta Estadual do Paru, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e Floresta Estadual do Amapá
- **Terras Indígenas:** Rio Paru D'este e Waiãpi
-

OBJETIVO DA RESERVA

Segundo o Ministério de Minas e Energia, evitar o desabastecimento de recursos minerais estratégicos para o país, como ouro, platina, cobre, ferro, manganês e níquel

EXPLORAÇÃO

É bloqueada para investidores privados; até então não aconteceram parcerias com o governo devido ao alto custo operacional

RISCOS DA EXTINÇÃO

Pressão sobre terras indígenas e unidades de conservação; nova corrida pelo ouro; desmatamento e ameaça à biodiversidade

HISTÓRICO

- O decreto 9.142/2017, de 22 de agosto, retirou o status de reserva nacional de algumas áreas da antiga Renca; cerca de 30% do total poderia ser explorado
- Após pressão, o governo publicou o decreto 9.147/2017 em 28 de agosto, que revogou o anterior, mas manteve a extinção da Renca. A novidade era o detalhamento das medidas de conservação
- Em 31 de agosto, o governo recuou de novo e suspendeu os efeitos da extinção da Renca para 'criar um amplo debate'

-

MINERAÇÃO

O setor corresponde a 4% do PIB brasileiro e a produção em 2016 foi de US\$ 25 bilhões

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: MAURÍCIO TUFFANI COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Título: Voltar atrás no caso da Renca não salva governo de novos desgastes

O presidente Michel Temer preferiu revogar seu decreto que em 22 de agosto extinguiu a Renca (Reserva Nacional do Cobre e Associados) do que correr o risco de esse ato ser invalidado na marra pelo Senado. Já estava na pauta de votações da Casa um projeto do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) para sustar o ato presidencial.

Na semana passada, antes de viajar para a reunião das Nações Unidas em Nova York, Temer foi avisado pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), de que não seria possível protelar indefinidamente a votação da proposta de Rodrigues.

A pressão também veio da Câmara dos Deputados. Três dias após o decreto de extinção da Renca, o deputado Ricardo Trépoli (SP), assinando como líder do PSDB, pediu a revogação do ato de Temer em ofício ao ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha.

O deputado tucano argumentou que a revogação conduziria a uma situação de "fato consumado" que fragilizaria, nos 46.450 km² da Renca entre os estados do Pará e do Amapá, a proteção estabelecida para as unidades de conservação federais e estaduais sobrepostas parcial ou integralmente à reserva mineral.

Engrossada por artistas e celebridades, a pressão veio também de cientistas. No dia 4, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) afirmou em

carta a Temer que a extinção da Renca "não soluciona os impactos negativos da estratégia imediatista de permitir a exploração mineral na região antes protegida".

Mesmo após Temer ter evitado o confronto com o Legislativo e atenuado seu desgaste político com vários segmentos da sociedade, a revogação abrirá um enfrentamento para o governo com o setor da mineração.

As pressões das empresas interessadas na exploração das jazidas da Renca e que haviam levado o Executivo a extinguir a reserva são as mesmas que induziram o ministro das **Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, a defender o polêmico decreto de agosto em um fórum de empresários em Nova York, na semana passada.

Reativada agora, para contragosto das empresas mineradoras que reivindicaram sua extinção, a Renca voltará a proporcionar a proteção ambiental indireta que passou a exercer, desde a criação da reserva mineral no final do regime militar, em 1984, mesmo não sendo uma unidade de conservação.

Com a reabilitação da reserva, a pesquisa para exploração mineral em sua área volta a ser monopólio da União por meio da estatal CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), do MME (Ministério das Minas e Energia).

Como resultado dessa burocracia, dos 421 pedidos de autorização de pesquisa desde a criação da Renca, 272 foram negados e os restantes 149 tiveram homologações de desistência.

A extinção da reserva mineral trouxe também desgastes entre órgãos do próprio governo, especialmente entre o MME e o MMA (Ministério do Meio Ambiente), comandado pelo ministro Sarney Filho (PV-MA).

A apreensão no MMA surgiu em abril, quando o governo anunciou oficialmente sua intenção de acabar com essa reserva mineral. Por meio de portaria no "Diário Oficial da União", o ministro Coelho Filho determinou o indeferimento de todos os requerimentos relativos à Renca pendentes de decisão e divulgou que a proposta de decreto de extinção seria enviada ao presidente.

A notícia alertou o MMA, cujos técnicos rapidamente previram que a extinção da reserva mineral seria uma espécie de "sinal de largada" para a demanda reprimida da exploração na região, onde há jazidas de cobre, ouro, diamante, ferro, cromo, tântalo, estanho, molibdênio, cobalto e nióbio.

Em nota técnica enviada em junho para a Consultoria Jurídica do MMA, quatro dirigentes do ICMBio (Instituto Chico Mendes para a Conservação da

Biodiversidade) ressaltaram a existência de 8.892 títulos minerários em junho deste ano, de acordo com dados do DNPM (Departamento Nacional da Produção Mineral), do MME. A nota foi enviada para o governo e não teve resposta.

O jornalista **MAURÍCIO TUFFANI** é editor do site Direto da Ciência.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil

Autor: Simoni Kafruni e Rodolfo Costa

Título: Deu rock & roll na extinção da Renca

O governo não resistiu às críticas à extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), na Floresta Amazônica, e recuou, mais uma vez, da decisão de permitir mineração na área de 47 mil quilômetros quadrados entre o Pará e o Amapá. O presidente Michel Temer anunciou um decreto que extinguiu a Renca em 23 de agosto e, em seguida, voltou atrás, parcialmente, com mudança no texto original, mas com a manutenção do fim da reserva. As manifestações contrárias, no entanto, ganharam vulto durante o Rock in Rio, e Temer vai revogar, definitivamente, o decreto. A publicação da decisão sai hoje no Diário Oficial da União, segundo o **Ministério de Minas e Energia (MME)**.

Interlocutores do presidente atribuem o recuo como um aceno ao debate. “As críticas foram muitas. O MME queria uma coisa, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) queria outra”, disse uma fonte palaciana. O posicionamento do governo, no entanto, pode ser estratégico. O Planalto ainda estuda fazer uma consulta pública antes de cogitar uma retomada da Renca. “É uma movimentação normal. Coisas de governo”, ressaltou.

A pressão contra o decreto tomou proporções gigantescas nas redes sociais, por meio de organizações ambientalistas e personalidades, e respingou na mídia mundial, com jornalistas estrangeiros questionando o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, sobre o fim da reserva, em uma coletiva que deveria tratar da venda da Eletrobras. Na ocasião, o ministro disse que o objetivo do decreto era controlar a mineração ilegal realizada dentro da reserva.

Como o discurso do governo não convenceu, em 14 de setembro, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara pediu a revogação definitiva do decreto. As manifestações ambientalistas ganharam força durante o Rock in Rio. A modelo

brasileira Gisele Bündchen, uma das personalidades que mais defenderam a reserva, chegou a afirmar que o governo estaria “vendendo” a Amazônia. No show de Ivete Sangalo, Gisele falou sobre a importância da conservação da reserva, chorou e cantou Imagine, de John Lennon, com a cantora baiana. Durante a apresentação de Alicia Keys, a líder indígena Sônia Guajajara também protestou.

Pressão

Para Emerson Oliveira, coordenador de Ciência e Informação da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, não há dúvida de que a pressão no Rock in Rio surtiu efeito. “É uma pena que tenha que ser dessa forma. Mas ficou claro que faltou informação, inclusive dentro do governo”, destacou, referindo-se aos posicionamentos contraditórios de MMA e MME.

A Renca é uma área enorme, muito bem preservada, com várias unidades de usos sustentáveis, além do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. “O problema é que o governo baixou um decreto que não dizia muita coisa, só revogando o anterior, que estipulava a área da reserva. Quando reeditou o decreto, chegou a informar que seriam realizados estudos que não afetariam as outras unidades. Porém, qualquer intervenção precisa ser discutida com a sociedade. E isso não foi feito”, lamentou o especialista.

Sobre a justificativa de Coelho Filho, de que o objetivo era controlar o garimpo ilegal na área da Renca, Oliveira explicou que o governo dispõe de várias ações e mecanismos para interromper a mineração ilegal. “Não é extinguindo tudo que se resolve isso. Tem tirar o pequeno ilegal e abrir a área para grandes corporações”, ressaltou.

Ontem, o próprio Ministério de Minas e Energia solicitou ao Palácio do Planalto uma nova análise sobre a revogação da medida que extinguiu a Renca. Em nota, a pasta afirmou que as razões para o fim da reserva continuam valendo. “O país necessita crescer e gerar empregos, atrair investimentos para o setor mineral, inclusive para explorar o potencial econômico da região”. No documento, o MME afirmou que “o debate em torno do assunto deve ser retomado em outra oportunidade mais à frente e ser ampliado para um número maior de pessoas, da forma mais democrática possível”.

Memória

Em nome a pesquisa

A criação da Reserva Mineral de Cobre e seus Associados (Renca) ocorreu em 1984 e tinha o objetivo de desenvolver a pesquisa mineral na região — entre os estados do Pará e do Amapá, em plena Floresta Amazônica. Tem uma área de 46.450km², mais ou menos do tamanho do Espírito Santo. No fim de agosto deste ano, o presidente da República, Michel Temer, publicou o decreto 9.142/17, extinguindo a Renca e abrindo a possibilidade de empresas privadas fazerem pesquisas minerais no território que não está em zona de proteção ambiental. Entretanto, a reserva engloba nove áreas protegidas, entre elas, parques, reservas extrativistas, reservas biológicas e terras indígenas.

De acordo com especialistas e ativistas do meio ambiente, não existe a possibilidade de uma atividade de mineração deixar o meio ambiente ileso. Diante da polêmica, o governo anunciou a edição de um novo texto, mais específico, mas continuou sendo alvo de críticas e contestações judiciais. Com isso, suspendeu a decisão por 120 dias para que o Ministério de Minas e Energia promovesse um debate com a sociedade.

Licenciamento na PGR

A organização não governamental Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam) encaminhou ontem à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, um ofício acompanhado de parecer técnico apontando a inconstitucionalidade na última versão do projeto de lei (PL) 3.729/2004 com sugestões de mudanças na Lei de Licenciamento Ambiental.

Após 13 anos de discussão, os ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente teriam fechado um acordo com a bancada ruralista, representantes do agronegócio, mineração e indústria para a criação de uma lei geral do licenciamento ambiental, que deverá ser votada em regime de urgência.

Conforme o documento encaminhando a Raquel Dodge, o PL, se aprovado, “poderá resultar em enorme retrocesso para a gestão ambiental brasileira, com danos ao meio ambiente, à saúde pública e altíssimo risco de neutralização da participação social nos ritos e instrumentos para a avaliação de impactos ambientais, revestindo-se de nulidade em função de evidentes conflitos com a Constituição Federal”.

Entre os pontos levantados pelo Proam estão a redução dos prazos de emissões de licenças e a falta de transparência e controle social sobre os empreendimentos e de participação nas decisões de entidades diretamente afetadas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Horário de verão é mantido

Depois de anunciar que poderia acabar com o horário de verão, o governo voltou atrás e decidiu manter a determinação de adiantar os relógios em uma hora em 15 de outubro. A medida será aplicada em nove estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e no Distrito Federal. **O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, confirmou a manutenção do horário — que desagrada a milhões de brasileiros, mas é amado por outros tantos —, com data prevista para terminar em 17 de fevereiro de 2018.

Mais uma vez, o assunto viralizou nas redes sociais. “Tira a mão do meu horário de verão”, pediam algumas postagens. “Por que não acabam com o horário político?”, questionavam outras. Muitos criticavam, dizendo “me julguem, odeio o horário de verão”, ou ironizavam afirmando “nada como uma ceia de Natal com aquele sol do meio-dia batendo na cara”. Além disso, várias enquetes, com toda a sorte de resultados, se multiplicaram na internet.

O assunto é tão polêmico que a ideia do governo era fazer uma consulta à população para tomar uma decisão válida ainda este ano. Segundo Coelho Filho, a manutenção foi decidida porque não haveria tempo hábil para fazer uma pesquisa. “Queremos consultar a população, como a Casa Civil já anunciou”, disse. “Mas ficou apertado. Vamos fazer o levantamento e, dependendo da reação, avaliaremos isso mais para a frente”, prometeu.

Para o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, o horário de verão não vale mais a pena para gerar economia de energia no Brasil. “Sob a perspectiva do setor elétrico, o horário de verão não se justifica”, disse. Estudos do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), que reúne diversos órgãos governamentais, apontam que a adoção do horário especial não resulta mais em economia de energia porque, agora, é a temperatura que determina o maior consumo, e não a necessidade de iluminação.

Com a popularização de condicionadores de ar, eletrodoméstico que mais gasta

energia, o horário de pico de consumo migrou para o período entre as 14h e as 15h, conforme o Operador Nacional do Sistema (ONS). Apesar de não fazer mais diferença, uma parte da população gosta de ter uma hora a mais no fim da tarde, por isso, o governo pensa em fazer a enquete.

O coordenador do curso de Engenharia Elétrica do Iesb, Maurício Tavares, explicou que, no último verão, a economia de energia foi de apenas 0,1%. “No passado, o pico de carga do sistema era registrado entre as 17h e as 20h, quando ocorria o acionamento da iluminação pública e das edificações, e os consumidores retornavam para casa e ligavam aparelhos como televisão, lavadoras, micro-ondas e, em especial, o chuveiro elétrico, principal responsável pelo aumento de carga nesse horário”, comentou.

O especialista ressaltou que o acionamento simultâneo de todos os equipamentos exige que a geração e a transmissão operem em plena capacidade. “Usinas geradoras mais caras são acionadas para manter o equilíbrio do sistema. O horário de verão propiciava uma redução da carga máxima, pois, primeiro, atendia o uso de eletrodomésticos e, só uma hora depois, as exigências da iluminação”, destacou. Hoje, as lâmpadas são mais eficientes e não sobrecarregam mais o sistema.

“A continuidade do horário de verão deve ser discutida, tendo em vista as preferências individuais e os custos à saúde associados à mudança, porque, do ponto de vista de economia, os ganhos não mais se justificam”, acrescentou Tavares.

15/10/2017

Início do horário especial. Relógios serão adiantados em uma hora em nove estados e no DF

17/2/2018

Fim do período excepcional. Relógios serão atrasados em uma hora nas mesmas unidades da Federação

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Daniela Chiaretti | De Brasília e de São Paulo

Título: Governo revoga decreto que extingue a Renca

O governo de Michel Temer recuou em sua proposta de liberar a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca) para exploração mineral. Ontem à noite, uma nota à imprensa divulgada pelo **Ministério de Minas e Energia**

(MME) comunicava ter encaminhado ao Palácio do Planalto solicitação para que o governo examinasse a revogação da medida que extinguiu a reserva na Amazônia. A Casa Civil iria editar novo decreto a ser publicado hoje no "Diário Oficial da União".

O governo tem sofrido intenso desgaste com a repercussão negativa da decisão de liberar a reserva para atividade de exploração mineral. "O MME esclarece que as razões que levaram a propor a adoção do decreto com a extinção da reserva permanecem presentes", diz a nota. "O país necessita crescer e gerar empregos, atrair investimentos para o setor mineral, inclusive para explorar o potencial econômico da região", continua.

Esse é o ponto levantado por ambientalistas. "Precisamos de uma política de Estado que olhe para a Amazônia de maneira mais séria, sobretudo nestas áreas", diz Jaime Gesisky, especialista em políticas públicas do WWF-Brasil. Sob sua coordenação, a ONG lançou um relatório antes da extinção da Renca, alertando sobre os impactos sociais e ambientais na região da reserva, que se sobrepõe a nove áreas protegidas, sendo duas indígenas.

"Por que não biotecnologia?" questiona o ambientalista, remetendo ao projeto do climatologista Carlos Nobre, que espera que se olhe para a região além de seus recursos naturais como água, terra e minerais. "O governo primariza a economia em vez de sofisticá-la, e nos joga na agenda do século passado. Precisamos de uma Amazônia com perspectiva de futuro. Vender minério sem valor agregado não vai nos levar a lugar algum", diz Gesisky.

A área com mais de quatro milhões de hectares está localizada na divisa dos Estados do Amapá e Pará. Dados do Ministério de Minas e Energia indicam que existem quase 30 pistas de pousos clandestinas e mais de mil pessoas praticando garimpo ilegal.

Os ambientalistas reagem dizendo que a área tinha apenas 1% de desmatamento. O diretor-executivo do WWF-Brasil, Maurício Voivodic, comemorou a decisão, mas lembra que não basta deixar a região entregue a si mesma. "É preciso garantir a integridade das áreas protegidas e criar alternativas econômicas capazes de incluir as populações locais em um processo de desenvolvimento baseado na floresta em pé", disse.

O Ministério do Meio Ambiente havia se posicionado contra a decisão de extinguir a área que, avalia-se, possui reservas minerais de ouro, ferro e cobre. A reserva foi criada em 1984, no regime militar. Uma nota técnica de junho do MMA dizia que a "área é composta por floresta densa e exuberante, com entorno bem preservado."

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, disse que o imbróglio envolvendo a reserva mineral na Amazônia foi um "desgaste desnecessário" para o governo.

No governo, a avaliação é que houve uma "incompreensão geral" sobre o tema e que é melhor evitar mais desgaste no momento em que Temer será julgado pela Câmara dos Deputados, atingido por uma segunda denúncia, por obstrução de justiça e organização criminosa, autorizada pelo ex-procurador-geral, Rodrigo Janot. **(Com agências noticiosas)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira | De Brasília

Título: Liberação de R\$ 12,8 bi vai esperar venda de hidrelétricas da Cemig

O governo decidiu adotar uma atitude mais cautelosa e vai esperar o leilão de quatro usinas hidrelétricas não renovadas pela Cemig para liberar os R\$ 12,8 bilhões que considerou possível de serem descontingenciados das dotações orçamentárias deste ano.

O Palácio do Planalto acolheu a recomendação feita pelos secretários de Orçamento Federal, George Soares, e do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, na mensagem que acompanhou o relatório de avaliação de receitas e despesas do quarto bimestre, divulgado na semana passada.

Os secretários aconselharam, "como medida prudencial", que R\$ 11,1 bilhões não sejam liberados imediatamente, tendo em vista a necessidade de confirmação do resultado esperado do leilão das quatro usinas.

O leilão das hidrelétricas está marcado para amanhã. De acordo com fontes do governo, vários grupos interessados depositaram garantias para participar do leilão, o que indica que haverá concorrência. Isso, na avaliação das fontes, pode resultar em ágio no momento da venda das usinas. Ou seja, a receita final do governo poderá ultrapassar o valor estimado inicialmente de R\$ 11,1 bilhões.

Mesmo que ocorra ágio, fontes do governo disseram ao **Valor** que não existe a possibilidade de o governo liberar mais do que os R\$ 12,8 bilhões aos ministérios.

Se a receita for maior do que a estimada, a liberação dependerá da edição de um relatório extemporâneo de receitas e despesas. A alternativa seria o governo aguardar o próximo relatório, que será divulgado no dia 22 de novembro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner | De Brasília****Título: Estatais têm pior execução em dez anos**

Não é apenas o orçamento público que está à míngua. Antes consideradas um motor para a economia, principalmente ao liderar projetos de infraestrutura, as estatais sob controle da União investiram no primeiro semestre o valor mais enxuto desde 2008.

Elas desembolsaram R\$ 23,5 bilhões entre janeiro e junho, segundo dados fornecidos pelo Ministério do Planejamento. Para se ter uma ideia do encolhimento, trata-se de praticamente metade do que gastaram no mesmo período de 2013. Petrobras e Eletrobras puxaram o desempenho para baixo. Juntas, as duas gigantes federais respondem tradicionalmente por R\$ 9 em cada R\$ 10 dos investimentos das estatais.

Outras empresas - como Infraero, Companhias Docas, Telebrás e Correios - também pisaram no freio. Tudo somado, as 89 estatais não dependentes do Tesouro Nacional executaram até junho apenas 25,8% dos investimentos programados para todo o ano. Proporcionalmente, é a pior execução da última década.

Ligada ao Planejamento, a Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (Sest) reconhece que a taxa de execução está "relativamente baixa" quando comparada aos "exercícios anteriores mais recentes". A secretaria ressalta que muitas empresas federais vivem um processo de revisão de seus modelos de negócios e de reestruturação. É o caso nitidamente da Petrobras, com um ambicioso plano de venda de ativos, e da Eletrobras, que agora está na antessala de sua privatização.

"Desse modo, o planejamento orçamentário para o ano de 2017, que na verdade foi elaborado no primeiro semestre de 2016, não está sendo executado como previsto inicialmente, particularmente devido à mudança de cenário econômico e setorial ocorrida nesse meio tempo", informou a Sest, em nota, ao **Valor**.

Com um olhar mais amplo sobre o desempenho das estatais, a secretaria faz a seguinte observação: "De maneira geral, empresas tomam decisões de investimento quando há uma expectativa favorável de retorno financeiro sobre os mesmos. Na medida em que o investimento começa a apresentar retorno aquém do projetado, as empresas podem decidir pela redução do capital investido. Por outro lado, recentemente foi divulgado pelo governo federal o

plano de desestatização da Eletrobras, por exemplo. Tais medidas de reestruturação de ativos acabam tendo impacto grande na decisão de investimentos".

No microuniverso de cada empresa, a execução mais lenta tem várias explicações. O caso dos Correios, em delicada situação financeira, é exemplar. A companhia postal registrou prejuízo acumulado de R\$ 4 bilhões nos últimos dois anos. Para 2017, tinha um orçamento de R\$ 800 milhões para investir. Só R\$ 132 milhões - ou 16,5% da dotação prevista - foram desembolsados no primeiro semestre. "Estamos tentando segurar o possível e o impossível", comenta o presidente Guilherme Campos.

Pressionado para diminuir o rombo da empresa, ele admite que algumas ações sofrem atrasos, como a renovação da frota de veículos. Isso não chega a ser nenhum luxo desnecessário, tendo em vista que a eficiência logística é dos principais fatores de competitividade dos Correios, especialmente no segmento concorrencial - de encomendas expressas, por exemplo. Campos também menciona o reflexo da queda dos investimentos na conservação de infraestrutura. "A manutenção dos prédios e das agências próprias [são 6,5 mil unidades em todo o país] está muito aquém do que uma empresa do nosso porte deveria ter", afirma.

Apesar da contenção de despesas, ele cita como avanços recentes a compra de 60 mil smartphones para que os carteiros possam registrar em tempo real a entrega de encomendas e a aquisição de novas máquinas de triagem nos centros de distribuição.

No grupo das estatais com o pior desempenho estão cinco das sete Companhias Docas: Codeba (responsável pela administração dos portos de Salvador e de Aratu), CDC (Fortaleza), CDP (Belém, Vila do Conde e Santarém), CDRJ (Rio de Janeiro e Itaguaí) e Codern (Natal e Maceió).

Todas elas executaram menos de 10% do orçamento previsto para este ano. Mesmo a Codesp, que administra o maior porto do país, desembolsou apenas 18,5% dos investimentos planejados.

Para o diretor do departamento de outorgas portuárias da Secretaria Nacional de Portos, Ogarito Linhares, há questões transversais nas Companhias Docas que afetam os investimentos como um todo. Ele cita a "judicialização excessiva" e o "intrincamento da malha normativa" como dois fatores que diminuem o ritmo de execução orçamentária.

De acordo com o diretor, um exemplo da corrida aos tribunais é o contrato da dragagem de aprofundamento no Porto de Santos, que gerou uma disputa

judicial em torno das garantias oferecidas pela primeira colocada na licitação pública. A concorrência foi realizada em 2015 e a obra, com orçamento de R\$ 360 milhões, não foi iniciada até hoje.

No Porto do Rio, a dragagem de R\$ 100 milhões contratada pela CDRJ já terminou, mas o pagamento à empresa responsável pelos trabalhos ainda não ocorreu por ausência de aprovação de todos os órgãos responsáveis. O Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH) e fiscais da própria Companhia Docas já aprovaram a obra, mas falta o aval da Marinha.

Linhares acredita que essa demora para o acerto de contas pode sugerir economia aos cofres públicos, mas é exatamente o contrário: como levam meses e até anos para receber, as empresas prestadoras de serviços acabam embutindo o custo do atraso no valor dos contratos assinados com a União.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Paranapanema rola dívida

A Paranapanema informou ontem que concluiu o processo de reestruturação de seu endividamento financeiro, com redução de 28% do montante total de seus compromissos. Além disso, a companhia também conseguiu alongar cerca de 94% da dívida, que passará a ter prazo médio de, aproximadamente, 4,5 anos - os números não foram auditados. Em fato relevante, a Paranapanema ressalta que o processo também envolveu uma capitalização de R\$ 712 milhões, por meio de ofertas públicas restritas de ações e debêntures mandatoriamente conversíveis.

Minério volta a cair

Os preços do minério de ferro caíram mais uma vez ontem no mercado à vista da China. O minério com teor médio de 62% de ferro entregue no porto de Qingdao teve desvalorização de 0,8%, para US\$ 63,06 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Esse é o menor patamar desde 7 de julho.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia, Francisco Góes e Marcos de Moura e Souza | De São Paulo, do Rio e Belo Horizonte****Título: Cemig vai emitir R\$ 1 bilhão em ações**

Endividada e sem avançar no plano de venda de ativos, a estatal mineira Cemig anunciou que vai fazer um aumento de capital de até R\$ 1 bilhão por meio da emissão de novas ações preferenciais e ordinárias. Segundo a companhia, a operação terá a finalidade de "robustecer a estrutura de capital e o caixa da companhia", ajudando a reduzir a alavancagem financeira.

Para garantir que haverá demanda no mercado, a Cemig vai emitir ações com desconto de cerca de 20% em relação ao preço de fechamento de ontem, a R\$ 6,57. O **Valor** apurou que a proposta não teve aprovação unânime no conselho de administração. A Andrade Gutierrez, sócia minoritária da companhia, já anunciou sua saída do capital da elétrica. Com o desconto no aumento de capital, sua fatia de 20% das ações ordinárias deve ser vendida por um valor mais baixo.

O aumento de capital de R\$ 1 bilhão se dará pela emissão de até 200 milhões de novas ações, sendo até 66,849 milhões de ordinárias (ON) e até 133,150 milhões de preferenciais (PN). Os atuais sócios da companhia terão preferência na subscrição da operação na proporção de suas participações, sendo 0,15887 de nova ação para cada uma que tiverem no dia da assembleia geral extraordinária (AGE) que vai tratar do assunto - convocada para 26 de outubro.

Isso significa que o governo de Minas Gerais, que tem 51% das ações ordinárias, vai fazer um aporte de recursos na companhia. Segundo o diretor financeiro da estatal, Adézio Lima, o governo deve injetar R\$ 230 milhões na empresa. Isso porque, pela Constituição de Minas, o governo não pode ficar em posição minoritária.

Segundo o deputado Fabio Ramalho (PMDB-MG), líder da bancada mineira, o aumento de capital deve ajudar a companhia a levantar recursos para arrematar a hidrelétrica de Miranda no leilão previsto para amanhã.

No certame de amanhã serão licitadas as usinas Miranda, Jaguará, São Simão e Volta Grande, que pertenciam à Cemig e foram devolvidas à União. O governo pretende arrecadar no mínimo R\$ 11 bilhões em bônus pela outorga, sendo R\$ 1,1 bilhão por Miranda. Inicialmente, a Cemig pretendia utilizar recursos das indenizações pleiteadas por investimentos não amortizados na usina, mas,

como o prazo para o pagamento da outorga vence em dezembro, não daria tempo.

A Cemig ainda pretende fechar um acordo para ficar com a usina de Jaguará, que tem a outorga de R\$ 1,9 bilhão. Segundo Ramalho, se o Citi mandar carta fiança para a companhia hoje, será possível negociar o acordo. Líderes da Cemig e da bancada mineira terão, hoje, reunião na Advocacia-Geral da União para tratar do tema. Depois disso, devem ter uma reunião no Supremo Tribunal Federal (STF) com o ministro Dias Toffoli.

"O governo cumpriu tudo que pedimos, abriu a mesa de negociação. Infelizmente, a Cemig não está tendo dinheiro para comprar, nem aval dos bancos", disse o deputado. Uma alternativa, segundo ele, será a estatal entrar no leilão por meio da Aliança Energia, joint venture com a Vale, no qual tem 45% das ações.

Os sócios da Vale, porém, ainda não tomaram uma decisão sobre isso. O **Valor** apurou que a tendência é que a mineradora não participe. A discussão sobre uma eventual presença está prevista para ser tratada pelo conselho da companhia somente amanhã.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: AES Tietê compra complexo solar do Grupo Cobra

A AES Tietê celebrou um acordo para ficar com o complexo Bauru Solar, do espanhol Grupo Cobra, que tem 180 megawatts-pico (MWp) de potência, por até R\$ 650 milhões. O projeto, que está em fase avançada de construção, deve entrar em operação até maio do ano que vem.

A aquisição vai contribuir com a estratégia de crescimento da AES Tietê, que tem como objetivo compor 50% de seu Ebitda com fontes não hidráulicas até 2020. Além disso, a localização do complexo solar no estado de São Paulo deixará a companhia mais próxima de cumprir a obrigação de expansão da geração no estado, disse ao **Valor** o presidente da empresa, Ítalo Freitas.

Quando a AES adquiriu a Cesp Tietê do governo de São Paulo, há quase 20 anos, assumiu também a obrigação de expandir seu parque gerador em São Paulo em cerca de 400 MW. Segundo Freitas, considerando este complexo solar, o parque Boa Hora - que está em processo de transferência da licença para o estado e deve ocupar a área próxima da hidrelétrica de Água Vermelha -, e outras

pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), faltará apenas cerca de 100 MW em expansão.

O prazo original para o cumprimento da expansão era até 2007, mas a companhia tem negociado com o governo paulista desde então uma prorrogação. "Já tem um tempo que precisamos concluir isso. O governo de São Paulo está muito aberto e vendo todo o investimento que estamos fazendo. Esse projeto mostra que temos toda a vontade de cumprir a obrigação", disse Freitas.

A AES Tietê está preparada para participar dos dois leilões de energia nova previstos para dezembro, do tipo A-4 e A-6. Segundo o executivo, a prioridade é contratar novos projetos de energia solar em São Paulo. A companhia tem a possibilidade de expandir o complexo Bauru Solar, além de ter outros 90 MW em Água Vermelha, adicionais aos 91 MW do contrato do parque solar Boa Hora.

Depois de concluir a obrigação da expansão, a Tietê vai aumentar os esforços para diversificar as fontes de energia, voltando a olhar projetos de energia eólica.

Quanto ao complexo Bauru Solar, localizado em Guaimbê, interior de São Paulo, o acordo prevê a aquisição em duas etapas. Na primeira, a AES Tietê vai investir até R\$ 470 milhões em debêntures a serem emitidas entre setembro de 2017 e março de 2018, por cinco sociedades de propósito específico (SPEs) subsidiárias do Grupo Cobra.

Esses recursos serão utilizados para financiar a construção do complexo solar, que está, neste momento, na fase de instalação das estruturas metálicas. As placas solares, compradas na China, estão sendo trazidas ao Brasil.

Num segundo momento, depois da conclusão da obra, a AES Tietê deve desembolsar outros R\$ 180 milhões, por meio de um aumento de capital nas SPEs do complexo solar. Com isso, vai comprar a participação acionária residual que o Grupo Cobra tiver no ativo.

"É um negócio interessante. Será como nós prestarmos o dinheiro em vários tranches. Ao final da construção, veremos as condições do projeto e vamos transformar essa dívida em propriedade do ativo", disse Freitas.

O complexo solar teve autorização outorgada no leilão de energia de reserva (LER) realizado em 31 de outubro de 2014, com energia contratada por 20 anos ao preço médio de R\$ 218,85 por megawatt-hora (MWh).

Segundo Freitas, o projeto tem um retorno "adequado" às exigências dos investidores estrangeiros, "ao mesmo tempo em que traz o benefício de atender a obrigação da expansão."

Além da aquisição, a AES Tietê informou ontem que concluiu a compra do projeto do complexo solar Boa Hora, por R\$ 75 milhões. Nesse caso, adquiriu apenas os contratos de compra de energia (PPA, na sigla em inglês), uma vez que a construção ainda não foi iniciada. O objetivo da AES Tietê é trazer o projeto da usina para o interior de São Paulo, próximo da usina de Água Vermelha. O pleito ainda está sendo avaliado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: BBF substitui biodiesel por óleo de palma no NO

A geração de energia nos sistemas isolados, no Norte do Brasil, sempre foi um negócio dominado por empresas estatais, seja pela complexidade do negócio ou pelos altos riscos envolvidos - que incluem o roubo do combustível usado para geração. A Brasil Bio Fuels (BBF) está tentando ganhar espaço nesse setor com um produto mais barato que os combustíveis tradicionais, o biodiesel produzido a partir do óleo de palma.

A companhia já venceu três leilões realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para implementação de pequenas termelétricas capazes de gerar 171 megawatts (MW) de potência no Acre, Rondônia e Amazonas.

No último certame, no Amazonas a BBF entrou em uma parceria com a Aggreko, especializada em máquinas e geradores.

A ideia, daqui para a frente, é entrar sempre com essas parcerias, explica Milton Steagall, presidente e fundador da BBF. A companhia entra com o biodiesel, e os fornecedores de máquinas entram com a expertise nos geradores.

Os sistemas isolados são aquelas regiões do país em que a rede elétrica não foi conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A localização afastada de alguns municípios e regiões e a necessidade de preservação da região amazônica justificam a existência desses sistemas, que são abastecidos, principalmente, por pequenas unidades geradoras a diesel ou biodiesel.

Como há grande dificuldade na logística do abastecimento dessas unidades geradoras, e o número de consumidores é consideravelmente baixo, o preço da

energia é muito superior ao da média nacional, e é subsidiado por todos os consumidores do país por meio do encargo setorial Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

Os projetos da BBF no Acre, que somam 13 MW, tem o preço de R\$ 2.101 por megawatt-hora (MWh). Em Rondônia, os 8 MW da companhia saíram com o preço de R\$ 1.750/MWh. Já os 150 MW do Amazonas tiveram o preço mais baixo, de R\$ 1.152/MWh.

Segundo Steagall, a tendência é que o preço caia cada vez mais com o uso do biodiesel de palma, uma vez que a produção é local e envolve custos de logística menores do que os necessários para se levar o diesel convencional às geradoras.

Por enquanto, a companhia produz biodiesel a partir do sebo bovino disponível na região. A partir de 2018, a esmagadora de palma ficará pronta, e a BBF deve produzir de 15 mil a 20 mil litros de biodiesel por dia na planta localizada em Ji-Paraná, em Rondônia.

Os projetos contratados, porém, exigem cerca de 150 mil litros de biodiesel. "Eu vendi nos leilões projetos a diesel que vão me servir como base para financiamentos. E vamos substituindo ao longo do período o diesel por biodiesel, na medida em que a produção for crescendo", disse Steagall.

Um dos desafios do óleo de palma é o fato de que, após o plantio, a planta demora cerca de sete anos para produzir o fruto. A BBF começou a plantar palma em Roraima em 2008, mas só começará a produzir o combustível em 2018. Isso dificulta na obtenção de financiamentos, explica Steagall.

Com a estratégia de usar os contratos nos leilões para obter os recursos, a BBF pretende investir nos próximos 15 anos - prazo das concessões que a companhia tem - na geração de óleo de palma e do biodiesel, sempre em áreas desmatadas da floresta amazônica, cumprindo o Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo.

A BBF hoje tem 5,5 mil hectares plantados em São João da Baliza (RR). A produção média é de 25 toneladas de palma por hectare. Além de ter áreas plantadas que ainda não começaram a produzir, a companhia também olha aquisições de localidades já em produção, aproveitando o excesso de oferta do óleo de palma para a indústria alimentícia do país.

Quanto mais biodiesel produzir, mais a BBF terá como subproduto uma matéria-prima para geração de energia, com um preço ainda menor: a biomassa. "Temos como subproduto uma biomassa rica para gerar energia", disse Steagall. Quando essa biomassa estiver disponível, a companhia poderá entrar em leilões ofertando projetos ainda mais baratos de geração.

Como as plantas têm vida média de 30 a 35 anos, a BBF poderá, depois do fim dos 15 anos de concessão, entrar em novas disputas com esse mesmo biodiesel.

A introdução de novas tecnologias que ajudem a garantir o abastecimento de energia nos sistemas isolados é bem-vista por Steagall. Segundo ele, as baterias de armazenamento, por exemplo, precisam antes de tudo de uma fonte que gere a energia. Assim, as tecnologias podem ser usadas de forma "complementar", reduzindo os custos - e a necessidade de interligação ao SIN no futuro.

Segundo ele, o processo normal de contratação de energia é cheio de amarras, ainda que, por ser feito pela Aneel, tenha menos interferência do que no passado, quando as próprias distribuidoras coordenavam os contratos. Com a privatização das distribuidoras, os leilões devem ganhar agilidade, beneficiando os planos da BBF.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Repsol quer acelerar projeto de gás natural

Ao mesmo tempo em que mira oportunidades de ampliar sua carteira de ativos no Brasil, a partir da 14ª Rodada de blocos exploratórios, de amanhã, a petroleira espanhola Repsol trabalha para tirar do papel um dos seus principais projetos no mundo: o megacampo de gás natural de Pão de Açúcar (BM-C-33), na Bacia de Campos. A intenção da companhia é iniciar a produção na primeira metade da próxima década e, para isso, concentra-se na confirmação das reservas e na captação de clientes que permitam viabilizar um dos principais projetos de gás do país.

Sócia da Petrobras em dois dos principais campos do pré-sal (Sapinhoá e Lapa), a Repsol Sinopec, joint venture formada pelas petroleiras espanhola e chinesa, é, atualmente, a quarta maior produtora de óleo e gás do país, com uma produção da ordem de 100 mil barris diários de óleo equivalente, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Presidente da Repsol Sinopec Brasil, Leonardo Junqueira, destaca que o consórcio responsável pelo projeto, operado pela Statoil, ainda está quantificando a reserva, mas que a estimativa é que o BM-C-33 tenha um potencial de produção de cerca de 15 milhões de metros cúbicos diários (m³/dia) de gás. Junqueira pontua que Pão de Açúcar se trata de um projeto "complexo", já que o mercado de gás nacional ainda não é maduro. As

mudanças regulatórias do mercado brasileiro, no entanto, prometem criar um ambiente favorável ao desenvolvimento do campo.

"A alteração no marco regulatório do setor de petróleo, a alteração no marco regulatório de gás e a alteração no setor elétrico, somando tudo isso à transição para uma economia de baixo carbono, vão permitir a entrada de um projeto de gás não associado como Pão de Açúcar", disse, a jornalistas, durante Seminário de Gás Natural, promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP).

O executivo explicou, ainda, que fornecer o gás ao setor termelétrico é uma das alternativas avaliadas para viabilizar a produção local. "Mas precisamos de maior grau de inflexibilidade [para as termelétricas] para os próximos leilões de energia", defendeu.

Questionado se os projetos termelétricos da Prumo Logística, no Porto do Açu, em São João da Barra (RJ), poderiam ser um dos destinos do gás de Pão de Açúcar, Junqueira confirmou que é uma das alternativas. "O que temos são alternativas em desenvolvimento. Não há uma alternativa fechada", ressaltou.

Para além do BM-C-33, a petroleira espanhola possui outras três concessões exploratórias no Brasil, mas busca novas oportunidades. Desassociada da Sinopec, a Repsol se inscreveu para a 14ª Rodada, de amanhã. A companhia já manifestou publicamente que mira ativos nas bacias de Campos, Santos, Espírito Santo e Sergipe-Alagoas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Francisco Góes | De São Paulo e do Rio

Título: MRN e Kinross reduzem produção por falta de água

A seca prolongada em boa parte do país começa a afetar a mineração. No Pará, a falta de água levou a Mineração Rio do Norte (MRN) a reduzir a produção de bauxita. Como consequência, a expectativa de produção anual caiu da faixa inicial de 17 milhões de toneladas a 17,5 milhões de toneladas para 15 milhões de toneladas a 15,5 milhões de toneladas.

O mesmo aconteceu com a canadense Kinross, uma das maiores produtoras de ouro do Brasil. A empresa reduziu a produção em Paracatu, no noroeste de Minas Gerais, a partir de julho, como resultado da seca. Ela não informou os volumes nem se eventualmente poderá declarar força maior nas exportações.

Acionistas da MRN, a Norsk Hydro foi a mais afetada e declarou "força maior" a seus clientes no exterior pelo risco de não conseguir entregar o minério

negociado em contratos. Com isso, o grupo norueguês evita ser punido por quebra de contrato se de fato as exportações da MRN não forem suficientes.

Entretanto, no mercado interno, a Hydro informou que as operações de produção de alumina na Alunorte, também paraense, estão normais. Além da MRN, a companhia recebe o minério de uma mina própria em Paragominas (PA).

A bauxita é a matéria-prima responsável pela produção de alumina, que é o meio do caminho no processo de transformação em alumínio primário.

Também acionista da MRN, a americana Alcoa informou que não há ainda planos para declarar "força maior". Mas a empresa acompanha com atenção a situação da mineradora. No Brasil, a Alcoa produz alumina em Minas Gerais e Maranhão.

A maior parte da bauxita que a Alcoa recebeu da MRN neste ano foi destinada à exportação. "A Alcoa fornece a clientes globais bauxita proveniente de um portfólio de minas próprias e outras minas nas quais possui participação", afirmou a companhia.

Outro investidor do negócio, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), informou que a menor produção de bauxita não afetará seus negócios.

A MRN é uma das maiores minas de bauxita do mundo, com capacidade instalada de 18 milhões de toneladas por ano. O corte na produção foi necessário porque a falta de água causou problemas no sistema de barragem.

A Vale é a maior acionista, com 40% de seu capital social. Procurada, a companhia disse que não comentaria a situação por ser minoritária. Em segundo lugar está a Alcoa (18,2%). A South 32 (ex-BHP Billiton) detém 14,8%; a Rio Tinto, 12%; a CBA, 10%; e a Hydro, 5%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Lucas Marchesini | De Brasília

Título: Cade tende a vetar proposta de compra da Liquigás pela Ultragaz

O clima no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) é pela reprovação da compra da Liquigás pela Ultragaz e já existem empresas se movimentando para comprar a subsidiária da Petrobras, apurou o **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**. A concentração no mercado de gás de cozinha (GLP) preocupa a autoridade antitruste desde que o negócio foi

anunciado pelo conselho de administração da petroleira já que o negócio envolve a junção das duas maiores empresas do setor.

O caso foi notificado no início de abril e, pelo prazo legal, tem de ser analisado até o início do ano que vem. Assim, o prazo para que o clima mude dentro do conselho existe, inclusive porque o conselho mudará no período. Entretanto, uma mudança de entendimento é considerada improvável por quem acompanha o caso.

O conselheiro Alexandre Cordeiro deixará o tribunal administrativo da autarquia para se tornar superintendente geral. Ele será substituído pela advogada Polyanna Vilanova. Já o decano do conselho, Gilvandro Vasconcelos, terá seu mandato encerrado em janeiro e pode não participar da decisão, a depender de quando ele será levado ao plenário.

Com o provável veto, esta será a terceira negativa dada pelo Cade a megaoperações em um curto espaço de tempo e o segundo envolvendo o grupo Ultra. Neste ano, a autoridade antitruste impediu a compra da Alesat pela Ipiranga. Antes disso, a autarquia já havia impedido a Kroton de comprar a Estácio e formar um gigante do setor educacional. O caso também envolvia a união das duas líderes do setor.

Diante da esperada negativa, o Cade já foi sondado por um fundo estrangeiro sobre a Liguigás. O movimento foi preliminar, para entender a disposição da agência em relação ao assunto e a empresa envolvida analisa neste momento os números da Liguigás para ver se o negócio é viável e interessante.

A Superintendência Geral (SG) do Cade já tinha sugerido a reprovação como "a medida mais adequada para o presente caso". De acordo com a área técnica da autarquia, "a operação elimina um "player" relevante na maior parte dos estados brasileiros, tornando o mercado ainda mais concentrado".

Além disso, prossegue o relatório, "existem indícios robustos de que a presente operação acarreta aumento da probabilidade de exercício coordenado de poder de mercado". Em casos assim, é comum a SG procurar soluções que viabilizem o negócio, conhecidos como remédios anticoncorrenciais no jargão do setor.

Entretanto, na operação envolvendo as duas empresas a unidade do Cade entendeu que "não há pacote de remédios que enderece de forma adequada todas as preocupações identificadas, e que seja igualmente implementável e de fácil monitoramento".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo****Título: Siderúrgicas vão aos EUA para preservar mercados**

Ante o risco de ter as importações de aço brasileiro no mercado americano barradas pelas medidas da Seção 232 em preparação pelo governo do presidente Donald Trump, representantes de empresas siderúrgicas brasileiras iniciaram ontem uma peregrinação por diversos órgãos e instituições dos Estados Unidos. O objetivo da missão é mostrar à autoridades locais que o Brasil tem um papel complementar na indústria do aço americana - e não de vilão, como corre o risco.

Marco Polo de Melo Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil, que faz parte da missão brasileira, afirma: "O Brasil é parte da solução e deve ficar fora das medidas da 232". Segundo explica, o mercado americano tem de importar aço semi-acabado - um exemplo são placas - para complementar a demanda do país. Cerca de 85% das importações locais são oriundas do Brasil, de um total de 6 milhões de toneladas anuais.

O problema é que Trump quer atacar, fruto de uma promessa de campanha a presidente dos EUA no ano passado feita aos fabricantes americanos de aço, principalmente a entrada de produtos acabados - diversos tipos de aço - que somam cerca de 24 milhões de toneladas por ano. Os principais exportadores aos americanos são a Coreia do Sul, México, Canadá, entre outros países. "Nesse caso, o Brasil responde só por 3%", diz Lopes.

As medidas da Seção 232 eram para ter sido baixadas em 4 de julho, mas a decisão do governo Trump acabou adiada várias vezes por pressões do grupo de países do G-20, informa o executivo. Ao mesmo tempo, a maior parte dos setores consumidores de aço do país também faz críticas às barreiras de importação. O fato é que, do consumo de mais de 90 milhões de toneladas de aço acabado por ano, a oferta doméstica fica em cerca de 70 milhões.

Todavia, a pressão da indústria do aço local sobre Trump não se desfez, lembra Lopes. Por isso, a iniciativa da indústria brasileira de tentar mostrar a entidades americanas, como o Congresso, que o Brasil não pode ser incluído no mesmo pacote de medidas, pois considera que não é o responsável pela entrada de aço acabado no mercado americano.

A agenda da missão brasileira vem sendo preparada há quase dois meses e passou por discussões com os ministros brasileiros das Relações Exteriores e de Indústria e Comércio Exterior (o MDIC). "Esse trabalho faz parte da agenda

estratégia do setor diante de um mercado global que vive um excesso de oferta sem precedentes", observa.

Na comitiva estão presentes, além de Lopes, o presidente do conselho diretor do Aço Brasil, Alexandre de Campos Lyra, presidentes de algumas empresas, representantes da Embaixada brasileira em Washington e o executivo principal do Brazilian Industry Council (BIC).

A missão teve início ontem em encontro com a equipe econômica da embaixada brasileira. Logo após, com equipe do escritório Sandler, Travis & Rosenberg (para discutir o contexto e cenários das medidas da Seção 232) e a seguir com o American Institute for International Steel (AIIS), entidade que trabalha para promover o crescimento econômico através do livre comércio.

Para hoje estão previstas visitas à Steel Manufactures Association, ao Peterson Institute for International Economic e a Secretaria de Comércio Exterior do Brasil em Washington. A comitiva tentava ainda encontros com a Comissão de Finanças do Senado americano, entre outros órgãos.

Na quarta-feira, a missão será encerrada com presença no 35º Encontro Anual do Conselho de Negócios Brasil-Estados Unidos.

"Precisamos preservar a siderurgia do país mercados importantes, como o americano, pois a situação do mercado brasileiro, apesar de alguns respiros, como o automotivo, ainda não é de retomada firme no curto e médio prazo", diz Lopes. A exportação é uma solução emergencial que deve ser garantida, reafirma o executivo.

Segundo Lopes, o governo de Michel Temer tenta mostrar uma realidade que não existe, apesar de alguns avanços na economia. "A construção civil vai cair mais 3% este ano e o setor de máquinas e equipamentos se dará por feliz se repetir 2016". Ele alerta que o excedente de oferta global de aço se mantém elevado, em mais de 700 milhões de toneladas, tornando o mercado brasileiro sob ameaça constante de entrada de material estrangeiro, principalmente da China. "O Brasil está no meio desse furacão", arremata.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: RenovaBio deve baixar combustíveis, diz MME

O Ministério de Minas e Energia (MME) avalia que o programa RenovaBio - que está parado na Casa Civil após meses de discussão com representantes da

cadeia produtiva de combustíveis - tem, se aprovado, 79% de chances de baixar os preços dos combustíveis em geral.

O programa, que propõe a criação de um mercado de certificados de descarbonização (os CBIOS) entre produtores de biocombustíveis e distribuidoras, pouco andou em Brasília nos últimos meses, apesar das expectativas do setor privado e de segmentos dentro do próprio governo. Um dos argumentos levantados por técnicos é um eventual impacto inflacionário sobre o preço final dos combustíveis na bomba.

O estudo do MME leva em consideração quatro cenários de preços do petróleo no mercado internacional (de US\$ 20 a US\$ 80 o barril), diferentes níveis de eficiência econômica e diferentes metas de descarbonização. Em 79% dos cenários, os preços médios do etanol hidratado (que abastece diretamente os veículos) e os da gasolina, projetados para 2030, ficariam abaixo dos observados em 2016 e neste ano.

O motivo para isso é o cenário de previsibilidade que o RenovaBio pode gerar para os investimentos dos produtores, afirmou Miguel Ivan Lacerda, diretor de biocombustíveis do MME, durante intervalo do Novacana Ethanol Conference, em São Paulo, ontem.

"É mais provável até que aumente o preço da gasolina sem o RenovaBio. O programa dá estabilidade para investimentos, o que barateia os biocombustíveis na bomba", argumentou. Segundo ele, "se nada for feito, há risco de desabastecimento de combustíveis". O Brasil é importador líquido de gasolina e também importou mais do que exportou etanol nesta safra até agosto.

O impacto do RenovaBio sobre o mercado consumidor é tema de debate, até porque ainda está em discussão como precificar os certificados e como construir o índice de descarbonização.

Para André Nassar, diretor de estratégia e novos negócios da consultoria Agroicone, um eventual impacto inflacionário não deveria ser levado em conta, já que o RenovaBio é uma política indutora de sustentabilidade.

O diretor da Agroicone afirmou ainda durante o evento em São Paulo, que "não dá para garantir que, com o programa, não vai subir o preço dos combustíveis", mas que o impacto não poderá ser maior que o de uma entressafra, por exemplo.

Nassar avaliou também que o programa não deve ser uma solução para o endividamento do setor, mas pode gerar um cenário mais previsível, principalmente junto aos credores. "Um ambiente de menor incerteza faz com

que os credores olhem as empresas com mais segurança. Em alguns casos vai funcionar, em outros não", disse.

Ele ressaltou que o preço dos CBIOS vai depender das metas de emissão de gases estabelecidas pelo governo e defendeu que essa curva de descarbonização "precisa estar bem alinhada com a oferta e a demanda".

O cálculo do índice de descarbonização que está sendo discutido inclui quase todas as variáveis do ciclo de vida da cadeia de biocombustíveis, desde a produção agrícola (incluindo, por exemplo, emissões de gases relacionadas a diferentes tipos de fertilizantes) até a ponta das indústrias.

Só não deverá ser incluído no cálculo, neste primeiro momento, as emissões relacionadas a mudanças do uso de terra. A razão é que ainda não há consenso sobre como calcular as emissões nesse caso e porque o impacto sobre as emissões totais é baixo, segundo Joaquim Seabra, professor da Unicamp.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Curtas

Debênture da Equatorial

A Equatorial Energia prepara emissão de pelo menos R\$ 400 milhões em debêntures de infraestrutura. Os papéis terão prazo de sete anos e taxa prefixada entre 0,1% e 0,5% ao ano, além do retorno do Tesouro IPCA com vencimento em agosto de 2024. Os recursos serão usados para implantação de linhas de transmissão.

CPFL altera emissão

A CPFL modificou o retorno dos R\$ 700 milhões em debêntures de infraestrutura. O bookbuilding passa de 25 de setembro para 5 de outubro. Para a primeira série, os juros serão limitado à taxa interna do Tesouro IPCA 2022, subtraída de 0,05%, e uma taxa máxima de IPCA mais 4,42%. **(Daniela Meibak)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Domingos Zapparoli e Roberto Rockmann | Para o Valor, de Belo Horizonte

Título: Marco de disputas

O novo marco regulatório do setor mineral, estabelecido pelas Medidas Provisórias (MPs) 789, 790 e 791 em discussão no Congresso, deverá reduzir a atração de investimentos para o Brasil ao longo dos próximos anos, por incorporar aumento de custos - caso das novas alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), que em alguns casos, como no minério de ferro, irão dobrar. Esse foi o principal tema de debate entre os especialistas reunidos na semana passada, em Belo Horizonte, no 17º Congresso Brasileiro de Mineração, promovido pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

"Se já estava difícil atrair investimentos, o cenário ficou ainda mais nublado. Das cinco grandes mineradoras do mundo, apenas duas estão aqui, apesar de contarem com financiamento fácil", destacou o diretor-executivo da Vale, Clovis Torres Junior, também presidente do Conselho do Ibiam. A estimativa do instituto é de que no período de 2017 a 2021 o Brasil receba US\$ 18 bilhões em investimentos em capacidade e modernização do parque produtivo. É o volume mais baixo da década. De 2012 a 2016, os investimentos somaram US\$ 75 bilhões.

No ano passado, a produção mineral brasileira totalizou US\$ 24 bilhões e a previsão para 2017 é chegar a US\$ 25 bilhões, sendo 54,82% provenientes do minério de ferro. O cenário global é de acirramento na disputa por participação na principal commodity mineral do país. Até o fim da década, novos projetos vão acrescentar 140 milhões de toneladas de minério por ano no mundo, pressionando ainda mais um mercado já em sobreoferta.

Ed Rawle, economista chefe da consultoria Wood Mackenzie, avalia que a demanda global terá capacidade para absorver 60 milhões de toneladas anuais. Assim, 80 milhões de toneladas serão retiradas do mercado, representando o encerramento da produção de mineradoras pouco competitivas internacionalmente.

A nova Cfem pode reduzir a competitividade do minério de ferro brasileiro na avaliação do setor. As mineradoras trabalharão com uma taxa que irá variar de 2% a 4%, de acordo com o preço da commodity no mercado internacional, o que irá gerar imprevisibilidade de custos e, nos momentos de pico do preço, dobrar o valor do royalty atual, impedindo a recuperação de margens de lucro. "Em vez de estimular a produção, como fazem nossos concorrentes, o governo aumenta custos e coloca em risco a competitividade das mineradoras brasileiras", diz Walter Alvarenga, presidente-executivo do Ibiam.

O Brasil conta com minério de boa qualidade, com teor de ferro na casa de 62%, porém enfrenta dificuldades competitivas frente a seus principais rivais, como a Austrália. Enquanto o Brasil está a quase 50 dias de navio do principal mercado

do metal, a China, destino de mais de 50% da produção global, a Austrália está a dez dias. O frete marítimo brasileiro rumo à China supera US\$ 15 por tonelada, enquanto o australiano sai pela metade desse valor. A desvantagem logística se soma a outras. "A indústria nacional ainda opera com 14% de taxaço acima da apurada na Austrália", afirma Torres Junior.

A proposta do governo de elevar os royalties para a mineração irá atingir principalmente as empresas cujas minas estão mais distantes do centro de embarque em um momento em que a indústria começa a explorar novas fronteiras na região Norte. "Todas as mineradoras têm uma etapa de transporte, seja por mineroduto, por ferrovia, por rodovia, por barcaças. Antes esse custo era abatido, hoje será acrescido. A Vale, que transporta o minério do Pará, ao porto em Maranhão, quase mil quilômetros, agora terá esse custo", afirma o advogado Fernando Scaff, do Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro & Scaff Advogados.

Segundo Scaff, na semana passada, deputados defenderam alíquotas de 5%. A estratégia do governo será ouvir os relatores e membros da Comissão Mista para avaliar suas opiniões e depois dialogar com o setor privado. As três MPs precisam ser votadas até o fim de novembro.

O presidente da Alcoa Brasil, Otavio Carvalheira, disse que a taxaço surpreendeu a empresa e é um custo que não estava previsto em seu orçamento fiscal. "Tivemos de avisar à matriz e agora iniciamos o processo de estudar alternativas para compensar esse aumento, que traz dificuldades", destacou o executivo, que não quis revelar quais medidas são estudadas.

A Alcoa mantém no Brasil as atividades de mineração em Juruti, no Pará, onde estima retirar 6,5 milhões de toneladas de bauxita em 2017. Do total, 5,2 milhões de toneladas serão destinados à refinaria de alumina da companhia em São Luís e 1,3 milhão exportado. A empresa iniciou estudos de concepção para aumento da capacidade instalada em Juruti, com o objetivo de chegar a 7,5 milhões de toneladas. A decisão sobre o valor a ser investido no projeto deve ser tomada até o fim do primeiro semestre de 2018.

O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Vicente Lôbo, afirma que as medidas provisórias e o novo marco regulatório modernizam o setor e criam um novo paradigma para a indústria. "A questão tributária está aí e dá para as empresas trabalharem. O contexto do país tem de ser levado em conta", diz Lôbo.

"O contexto é de União, Estados e municípios falidos, com uma pressão grande da área econômica de arrecadar", diz Eduardo Jorge Ledsham, presidente do

Serviço Geológico do Brasil, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Tito Martins, presidente da Votorantim Metais, afirma que o excesso de regulamentação faz o Brasil perder investimentos até para países que não oferecem infraestrutura adequada, como a Guiné. "O Brasil tem vocação mineral, mas não trata a mineração como uma atividade importante para seu desenvolvimento. O investidor busca alternativa em países mais receptivos", disse.

Outro obstáculo é o licenciamento ambiental. Teme-se que o acidente com a barragem da Samarco em Mariana (MG) possa tornar o processo ainda mais lento. "A Vale ficou dez anos sem abrir uma mina por falta de licenciamento de projetos, o que fez a Austrália passar à frente na produção de minério de ferro", diz Torres Junior. Na Austrália, o licenciamento pode ocorrer antes de dois anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de Belo Horizonte

Título: Indústria enfrenta desafio de melhorar a reputação

Em dez anos, a reputação da indústria mineral brasileira caiu quinze pontos e chegou a 55 pontos, com perda de respeito, confiança e admiração pelos entrevistados, ficando entre os setores mais mal avaliados, ao lado de telecomunicações e construção e engenharia. Os dados, apresentados por Ana Luísa de Castro Almeida, diretora executiva do Reputation Institute, indicam que a indústria terá o desafio de reverter a percepção para continuar crescendo e explorando novas fronteiras, como as jazidas minerais na região Norte.

Para Ana Luísa, o setor é bastante fechado e ainda trabalha com a percepção de que, por não atuar diretamente com o consumidor final, não precisa ter um diálogo mais transparente com a sociedade. "A internet tornou o mundo todo mais transparente, o setor tem um olhar de curto prazo com um viés operacional muito forte, sem dar ênfase ao capital social", observa.

Em vez de um discurso de mineradoras engajadas em produção com menor custo, é preciso ter empresas que se preocupem em dialogar com todas as partes interessadas para construir algo melhor. "No Canadá e na Austrália, países com tradição mineral, as pessoas têm a percepção de que a indústria mineral é extrativa, mas que cria benefícios sociais e ambientais; no Brasil a impressão das pessoas é de que ela causa estragos", destaca.

Para Wilson Nélio Brumer, presidente do Conselho Curador da Fundação Renova, a indústria precisa reforçar a parceria com a sociedade civil e todos os agentes que participam da cadeia necessitam de conhecimento na área. Ele cita dois exemplos de quando atuava como executivo no setor. Quando era diretor financeiro da Vale, que dava os primeiros passos para iniciar a exploração da mina de Carajás, no Pará, um executivo do Banco Mundial, que seria um dos financiadores do projeto, indicou que seria preciso construir tabas de concreto para índios. Foram gastos US\$ 13 milhões na ideia. "Os índios iam meio que forçados durante o dia, mas à noite voltavam para dormir onde estavam acostumados", conta.

Em Moçambique, quando era representante do Conselho de Administração, percebeu que a mineradora enfrentava constantes greves de seus funcionários. Enquanto o gerente de recursos humanos falava inglês, os trabalhadores falavam português. A sugestão foi demitir o funcionário sênior e procurar alguém que falasse português. "As greves pararam. Isso mostra que todas as partes interessadas têm de conhecer a indústria, assim a parceria pode se fortalecer."

A sócia da Brunswick no Reino Unido Carole Cable destaca que experiências na África e no Chile mostram parcerias de sucesso entre as mineradoras e as comunidades daqueles países. Em Moçambique, afetado pelo alto desemprego e pobreza, uma mineradora abriu 300 postos de trabalho e havia uma demanda várias vezes superior. A cidade, que era pequena, passou a ter mais de cinco mil habitantes. A empresa saiu a campo para entrevistar os moradores e perceber quais os maiores problemas. A maior parte do desemprego era de mulheres - muitas sabiam apenas cozinhar e costurar.

A saída foi criar uma cooperativa em que as mulheres podiam costurar sacolas ou fazer uniformes para a fábrica. "Ouvir é essencial e sempre pensar em responder à pergunta do que será a região depois de a mina estar exaurida; o lucro não é mais o ponto, a questão é o propósito social da empresa. Gosto, por exemplo, do objetivo da Disney, que diz que busca fazer as pessoas felizes", diz.

"A mineração não está na quinta avenida, em Nova York, ou no centro de Paris, está em regiões remotas em que há uma virtual ausência do Estado, o que exige que as parcerias sejam firmadas", concorda Alberto Nínio, diretor de sustentabilidade e responsabilidade corporativa da Vale, que frisa que, quanto mais próxima a empresa está da comunidade, mais fácil fica resolver eventuais problemas criados com a atividade mineral.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Suplemento - Mineração****Autor: Domingos Zaparolli | Para o Valor, de Belo Horizonte****Título: Excesso de oferta segura preços do minério de ferro**

Até o final da década, novos projetos minerais em execução deverão abastecer o mundo com uma oferta extra de 140 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, pressionando ainda mais um mercado que já está com sobreoferta.

Ed Rawle, economista chefe da consultoria Wood Mackenzie, avalia que a demanda global terá capacidade para absorver parte disso: 60 milhões de toneladas anuais. A nova oferta levará à retirada do mercado de 80 milhões de toneladas, representando o encerramento da produção de mineradoras pouco competitivas internacionalmente.

A nova oferta também contribuirá para uma redução dos preços da commodity. No último mês, de acordo com o Índice Metal Bulletin, a média para minérios com 62% de teor de ferro entregues na China estava em US\$ 73 por tonelada. No cenário de Rawle, o preço da tonelada deve recuar para a casa dos US\$ 60 e se manter nesse patamar até 2020.

Segundo a World Steel Association (WSA), a capacidade global de produção de aço no mundo hoje é de 2,4 bilhões de toneladas por ano, total que excede o consumo em 736 milhões de toneladas e a previsão da expansão nas encomendas é de apenas 0,9% em 2018.

Rawle avalia que existem fatores que podem elevar o consumo global de aço nos próximos anos, mas de forma moderada. Os Estados Unidos e os países do Mercado Comum Europeu devem apresentar crescimento econômico, estimulando a demanda por produtos feitos de aço. Por outro lado, a nova geração, a milênio, os nascidos a partir dos anos 1990, possuem hábitos que valorizam o consumo compartilhado, o que reduz a necessidade de produção de bens.

A China, destino de mais de 50% da produção global de minério de ferro, também deve apresentar moderação em sua demanda por aço nos próximos anos. Segundo Rawle, existem sinais de estabilização no mercado imobiliário chinês, com a redução no ritmo de migração do campo para as grandes cidades, esgotamento dos grandes projetos de infraestrutura nas áreas de transporte, energia, água, óleo e gás e uma redução no ritmo de crescimento no consumo chinês de automóveis.

Sinais positivos de demanda ainda existem no segmento de imóveis comerciais e em projetos de infraestrutura do governo chinês em seus países vizinhos, a iniciativa denominada The Belt and Road, que prevê dotar países asiáticos e europeus de ferrovias, rodovias e portos para escoar a produção chinesa, mas que enfrenta uma resistência grande nos potenciais países parceiros. "O sucesso dessa iniciativa seria hoje o único fator que poderia elevar de forma significativa a demanda global de aço", diz.

Paul Robinson, diretor da consultoria CRU Group, também prevê uma redução nos preços internacionais do minério de ferro nos próximos meses, podendo recuar para US\$ 55 a tonelada em 2018, com uma recuperação nos anos seguintes para um patamar acima de US\$ 60. Para Robinson, o mundo não precisa hoje de novos grandes projetos de minério de ferro, mas de investimentos em melhorias e em produtividade nas minas atuais.

O consultor avalia que, mesmo com a queda nas cotações internacionais nos próximos meses, os preços da commodity ainda garantirão uma boa rentabilidade para as mineradoras de alta performance ou que contam com bons ativos, ou seja, minérios com alto teor de ferro, acima de 50%, como é o característico na produção brasileira.

Segundo Robinson, nos últimos anos, as cinco maiores mineradoras globais reduziram seus custos de produção em mais de 30%, investindo em inovação, cortando gastos com fretes e adotando novas práticas trabalhistas. Hoje, essas mineradoras apresentam um custo de produção na casa de US\$ 30 a tonelada. "Para quem é eficiente, o minério de ferro continuará sendo um bom negócio", diz.

Clovis Torres Junior, diretor executivo da Vale, diz que nos últimos anos a companhia tem se empenhado em reduzir custos e que o ganho de competitividade é o foco prioritário no momento. O custo da tonelada de minério de ferro da Vale entregue na China caiu de US\$ 43, em 2014, para US\$ 35, em 2016. A mineradora agora trabalha para reduzir a um patamar inferior a US\$ 30.

Algumas ações são consideradas fundamentais para esse objetivo. O primeiro é o aumento da escala produtiva. No final de 2016, a Vale iniciou a operação do complexo S11D em Canaã dos Carajás, no Pará. Até 2020, a nova mina deverá alcançar a marca de 90 milhões de toneladas anuais.

Em 2017, a projeção da Vale é embarcar, no total, 360 milhões de toneladas de minério de ferro, superando em pouco mais de 3% o volume do ano passado.

A companhia também tem realizado esforços em melhorias de seus processos e promove uma revisão dos planos de lavra. O objetivo é aumentar a vida útil das minas, postergando investimentos e reduzindo os custos de produção.

A Vale também adotou uma nova estratégia comercial, com o aumento da base de clientes - comercializando diretamente com siderúrgicas de menor porte na China e na Índia. A companhia também trabalha para reduzir os custos dos fretes marítimos para um patamar inferior a US\$ 14 por tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Domingos Zaparolli | De Belo Horizonte

Título: Previsão de alta para não ferrosos

A retomada do crescimento da economia global aliada a um histórico de baixos investimentos nos últimos anos para aumentar a capacidade de produção deverão gerar uma pequena alta nos preços de metais não ferrosos. A análise é de John Mothersole, diretor de pesquisa da consultoria IHS Markit. A consultoria trabalha com uma projeção de crescimento do PIB mundial na casa de 3,1% nos próximos anos. A China, maior consumidor global de metais, deve crescer 6,8% em 2017 e estabilizar num ritmo de crescimento anual na faixa de 6,5% ao ano.

Esse cenário, na avaliação de Mothersole, levará o preço do alumínio de uma média de US\$ 1.910 por tonelada métrica, praticada no segundo trimestre na Bolsa de Materiais de Londres, para uma média de US\$ 2.180 no último trimestre de 2018. No mesmo período, o preço médio da tonelada do cobre deve passar de US\$ 5.663 para US\$ 6.130. A média da tonelada do níquel irá variar de US\$ 9.248 para US\$ 12.677 e a tonelada do zinco deverá se manter estável, com uma ligeira queda, de US\$ 2.598 para US\$ 2.566. A tonelada do estanho deverá variar de US\$ 19.967 para US\$ 20.750 e a do chumbo de US\$ 2.164 para US\$ 2.184.

Apesar da previsão de alta nos preços das seis commodities, Mothersole não projeta um aumento significativo na oferta dos seis metais. "O aumento dos juros nos Estados Unidos deve levar o investidor a preferir títulos do tesouro americano a correr riscos em mercados incertos de commodities minerais", diz.

Ivano Westin, diretor de commodities equity research do Credit Suisse, diz que existem US\$ 270 trilhões em ativos disponíveis no mundo. "Não faltam recursos para alavancar os investimentos". Mas os projetos minerais concorrem com projetos nos mais diversos setores e o investidor aloca seus recursos onde há mais potencial de retorno. A mineração, devido às grandes oscilações nos

mercados, não tem conseguido se mostrar atraente. "Numa análise retrospectiva, porém, quem investiu em minério no início de 2016 hoje teria obtido um bom retorno", afirma. Westin acredita em uma recuperação dos investimentos no Brasil como resultado da redução das taxas de juros nos títulos públicos.

Um fator que deve gerar novas demandas por metais não ferrosos é a busca de maior sustentabilidade energética. Cobre, níquel, cobalto, manganês e lítio são metais que serão favorecidos por uma maior produção de baterias para o armazenamento de energia fotovoltaica e solar e para impulsionar veículos elétricos. A demanda de níquel para a produção das baterias para os carros elétricos pode gerar um consumo adicional de 100 mil toneladas anuais do metal até o final da década, diz Paul Robinson, diretor da consultoria CRU Group.

Segundo Ed Rawle, economista chefe da consultoria Wood Mackenzie, um carro elétrico consome quatro vezes mais cobre do que um veículo tradicional. As projeções da indústria automobilística apontam para vendas de veículos elétricos de 25 milhões de unidades em 2025.

O cenário para bauxita, insumo básico do alumínio, é mais desafiador. Existe um excesso de capacidade de produção global do metal. A produção mundial de alumínio primário está em quase 60 milhões de toneladas por ano, sendo que a China responde por 53% deste total. Há uma década, a produção global era de 34 milhões de toneladas e a China respondia por 9,3 milhões toneladas. A China está reestruturando sua produção, modernizando fabricas poluentes e pouco eficientes, o que a tornará ainda mais competitiva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Domingos Zaparolli | De Belo Horizonte

Título: Valor de commodity determina decisões sobre investimentos

Uma análise dos investimentos que somam US\$ 1 trilhão em mineração no período de 2006 a 2017 demonstra que as decisões sobre negócios seguem a flutuação dos preços das commodities. O acompanhamento é realizado por Bernd Sischka, líder global de metais e minérios da Thomson Reuters.

O executivo reparou que após a quebra do Lehman Brothers, em setembro de 2008, todos os mercados declinaram e os investimentos praticamente zeraram. A recuperação dos investimentos ocorreu em ritmo ditado pela valorização ou não de cada commodity mineral.

"Os investimentos ocorrem em ciclos", diz Sischka. O boom de preços é acompanhado por uma onda de investimentos. Os novos negócios levam a um aumento de oferta e os preços caem, reduzindo os investimentos. "Não é a melhor forma de tomar decisões", afirma. Os preços dos ativos negociados nos picos das cotações são caros e possuem retorno mais lento.

A Thomson Reuters não faz prognósticos sobre investimentos, mas se a lógica de Sischka for projetada para o momento atual, é pouco provável que venha a acontecer um avanço dos negócios envolvendo cobre, zinco, níquel e alumínio, metais com tendência de queda nas cotações, segundo a agência, e também sobre o minério de ferro, que não tem valorização esperada pelos analistas do mercado.

Os investimentos acompanhados pela Thomson Reuters somam negócios em fusões e aquisições e também novos projetos produtivos. No período entre 2006 e 2017, os Estados Unidos foram o destino de 18% dos US\$ 1 trilhão transacionado. Em segundo lugar ficou a Austrália, com 12% dos negócios, a China com 10%, Rússia obteve 8% e a Índia, 7%. O Brasil ficou com apenas 3% dos negócios, na nona posição do ranking.

O capital investido teve origem principalmente no Canadá, com 18% do total, seguido por Estados Unidos com 11% e Suíça, 9%. O Brasil aparece como o sétimo investidor, 5% do total.

É possível perceber uma mudança de destino dos recursos. Enquanto que no ano de 2006 os investimentos tiveram como beneficiados principalmente Canadá, Estados Unidos, Rússia e África do Sul, em 2016 a lista é liderada por Estados Unidos, com 18% do total, Mongólia, com 13%, Congo, 9% e Indonésia com 9%. "É uma demonstração de que o investidor hoje está mais disposto ao risco", diz Sischka.

Entre 2006 e 2017, os investimentos anuais no Brasil foram reduzidos em 40%. Mesmo assim, o país continua com folga na atração de recursos na América Latina. Ao todo, a região somou negócios de US\$ 83 bilhões, sendo o Brasil foi o destino de 56% do total. O Chile ficou em segundo com 22%, o Peru obteve 15% dos recursos e 5% foram para a Colômbia.

O total de recursos no Brasil soma US\$ 44 bilhões, sendo que 76% dos recursos foram para minério de ferro, 14% para negócios de bauxita e alumina, 5% para nióbio e 4% para ouro, ficando o cobre com 1%.

Entre os investimentos ocorridos no Brasil, 50% têm capital nacional, 21% têm capital inglês, 15% com origem japonesa e outros 12%, chinês. As principais transações de aquisições ocorridas no período no Brasil envolvem a empresa

Anglo American, que comprou uma participação de 64% na IronX, por US\$ 3,49 bilhões, 49% no Sistema Minas-Rio, por US\$ 2,45 bilhões. Também a norueguesa Norsk Hydro se destacou ao assumir os negócios de alumínio da Vale em 2011 por US\$ 4,95 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Françoise Terzian | Para o Valor, de São Paulo

Título: Finlandesa investe em tecnologia e inovação

Redução de custos e aumento de eficiência são demandas crescentes das mineradoras, especialmente em tempos de Mining 4.0, conceito que aposta na combinação de tecnologias e Internet das Coisas para trazer avanços para o setor. A finlandesa Metso, fabricante de equipamentos voltados às várias etapas do processo produtivo da mineração, tem ampliado os investimentos em inovação.

O foco da empresa é o desenvolvimento de produtos e serviços voltados à automação de processos e equipamentos. Seu mais recente lançamento é o Rebritador Metso MX, linha de produtos cuja função é "quebrar" cada vez mais a rocha até que o tamanho seja adequado à necessidade do cliente.

O Rebritador MX4 foi apresentado na feira Exposibram. Futuramente, a Metso deve lançar outros tamanhos. "Do ponto de vista econômico, o equipamento foi projetado para ter um consumo de materiais de desgaste menor em relação a qualquer outro. Ele permite otimizar a utilização destes materiais de forma a garantir maior longevidade", afirma Anderson Brini, vice-presidente para serviços da Metso Brasil.

Além disso, ele diz que o equipamento é robusto e utiliza menos sistemas hidráulicos, garantindo assim menos itens de manutenção e, consequentemente, menores custos para os usuários.

Baseado na tecnologia patenteada Multi-Action, o rebritador foi projetado para atender condições mais exigentes de rochas. Em linhas gerais, esse rebritador MX, desenhado em formato de cone, é dotado de sistemas de ajuste para adequar a abertura de saída do material em relação ao desgaste dos materiais. "Menos intervenções e maior tempo de operação trazem o benefício de menor exposição a risco dos colaboradores de manutenção", diz Brini.

Com a tecnologia aliada ao processamento mineral, é possível garantir que os materiais de desgaste tenham sua utilização plena, não havendo necessidade de substituição antecipada, garantindo maior vida útil e reduzindo o número de

trocas. "Depois de 10 mil horas de testes rigorosos, podemos afirmar que o Metso MX satisfaz nossos objetivos de aumento de rentabilidade", diz o vice-presidente de vendas globais e suporte de produto da Metso, Jouni Mahonen.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Roberto Rockmann e Domingos Zapparoli | Para o Valor, de Belo Horizonte

Título: Investimento pode cair 57% em cinco anos

A equipe técnica do Instituto Brasileiro da Mineração (Ibram) está debruçada sobre as 492 propostas de emendas parlamentares referentes às Medidas Provisórias (MPs) 789, 790 e 791, que tramitam no Congresso e tratam de nova regulação setorial, aumento dos royalties e criação de uma agência reguladora que irá fiscalizar e coordenar o segmento.

Cerca de 280 emendas apresentam alguma divergência com as propostas da entidade, que preferia que o tema fosse tratado por projeto de lei, o que permitiria maior tempo de discussão sobre as ideias para o novo marco regulatório, que substitui legislação de 1967.

A expectativa é de que as MPs possam ser votadas até o fim de novembro. A nova taxa, como está estipulada, poderá reduzir ainda mais a competitividade da indústria nacional em um momento em que os investimentos já estão em declínio e o país perde terreno diante de rivais.

Estudo do Ibram aponta que entre 2012 e 2017 os investimentos em mineração devem ter atingido US\$ 75 bilhões. Mas os altos custos e a incerteza regulatória poderão fazer com que o valor a ser investido nos próximos cinco anos, de 2017 a 2022, caia para US\$ 18 bilhões (- 57%), destaca o presidente do Instituto Brasileiro da Mineração (Ibram), Walter Alvarenga. O setor também teme que a nova agência reguladora a ser criada possa estar sujeita a cortes do Orçamento Geral da União, o que tem ocorrido com outros órgãos. Leia a entrevista com Alvarenga:

Valor: *A nova taxa do setor de mineração, estabelecida por medidas provisórias ainda em trâmite no Congresso, poderá afetar investimentos que já estavam previstos?*

Walter Alvarenga: Pela MP 789, as alíquotas da Cfem, que é o royalty cobrado das empresas que atuam no setor, terão variação entre 0,2% e 4%. O minério de ferro terá alíquota entre 2% e 4%, dependendo do preço na cotação internacional, podendo chegar ao dobro do percentual atual. A Cfem ainda

incidirá na receita bruta, ao contrário de hoje, em que incide sobre a receita líquida. O aumento de royalties pode piorar nossos números e ter impacto sobre novos projetos em um momento em que os investimentos estão em declínio. Nossa expectativa era de um investimento global de US\$ 75 bilhões para o período 2012-2017; este ano, nosso estudo mostra que o valor a ser investido em cinco anos, entre 2017-2022, caiu para US\$ 18 bilhões. O valor da produção mineral, que em 2011 chegou a US\$ 53 bilhões, deve cair para US\$ 25 bilhões neste ano. A nova taxação eleva o custo Brasil em um momento em que a indústria tem perdido investimentos e os países rivais como Chile, Peru, Argentina e Equador têm se tornado mais atraentes. Não podemos esquecer que estamos a 50 dias, de navio, do principal consumidor, a China, enquanto a Austrália está a dez dias e tem custo logístico baixo.

Valor: *Quando as MPs devem ser votadas? Como está a negociação das medidas?*

Alvarenga: Elas têm vigência até 29 de setembro, prorrogáveis por mais 60 dias e têm de ser discutidas em comissões mistas. Pelo regimento da tramitação das MPs no Congresso, a votação poderia ficar para o fim de novembro. Nesse momento, nossa equipe técnica está debruçada sobre as 492 emendas que foram recebidas nas três medidas provisórias. Cerca de 280 emendas contêm alguma divergência com nossas propostas.

Valor: *A MP 791 trata da constituição de uma agência reguladora, nos moldes existentes em outros setores, como petróleo, energia e transportes. A criação de uma agência reguladora é um avanço para o setor?*

Alvarenga: Em tese, as agências reguladoras são bons órgãos de governança e trabalham com menos burocracia, sendo mais ágeis nas decisões. Concordamos que elas existam desde que contem com recursos humanos, técnicos, materiais. Sem recursos, pode haver vários problemas e uma lentidão maior que a existente. É prevista a criação de uma taxa de fiscalização anual cobrada por projeto, cujo objetivo seria financiar a agência. Mas há temor de que esses recursos possam sofrer contingenciamento em um momento em que a União sofre com a desaceleração econômica, que reduz a arrecadação.

Valor: *Um dos principais custos operacionais é a energia, cujos preços têm subido. Esse é um motivo de preocupação? O setor analisa a nova regulação do setor de gás natural?*

Alvarenga: A energia cara é um problema da indústria brasileira. Esse é um assunto que merece atenção nossa. Muitas empresas tiveram de produzir sua própria energia, como casos da Vale e da Votorantim, para não perder

competitividade. Sobre gás natural, ainda não temos um estudo técnico sobre o tema.

Valor: *É possível ainda construir uma cadeia produtiva de terras raras, da lavra até a produção industrial de alto valor agregado?*

Alvarenga: O Brasil tem expoentes nesse segmento que mostram que poderíamos construir uma cadeia produtiva com alta tecnologia e valor agregados embutidos. Um exemplo está em Araxá (MG), onde a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) atua em parceria com o governo de Minas Gerais em um projeto de implementação de um laboratório-fábrica de ímãs de terras raras, com tecnologia de ponta. O Brasil tem uma das maiores reservas do mundo de terras raras, mas ainda não as explora, essa é uma riqueza que poderia ter grande impacto sobre a indústria.

Valor: *Após o desastre de Mariana, a questão de sustentabilidade e o relacionamento com as comunidades ganharam um novo foco? O licenciamento ambiental pode se tornar mais criterioso e lento?*

Alvarenga: O rompimento da barragem em Mariana foi um fato triste. A empresa responsável pela atividade na região respondeu às demandas para sanar o problema e já está pronta para operar e gerar emprego e renda. As mineradoras responderam ao acidente elevando ainda mais seus padrões de segurança e adotando novos e mais modernos aplicativos de segurança e uso de barragens. Preservar o meio ambiente e beneficiar as comunidades vizinhas são pilares da atuação do setor. Há um risco de que o processo de licenciamento ambiental possa demorar mais por conta desse cenário. O processo já é burocrático e sem prazo para ser concluído, enquanto os investimentos têm de ter prazo e retorno definidos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Domingos Zaparolli | Para o Valor, de Belo Horizonte

Título: País quer ter participação maior na exploração de terras raras

O Brasil possui 18% das reservas globais conhecidas de terras raras, a segunda maior do mundo, mas contribui com apenas 1% da produção global. José Luiz Amarante, diretor do departamento de transformação e tecnologia do **Ministério das Minas e Energia (MME)** diz que posicionar o país como um importante player global é uma das prioridades do ministério para os próximos anos.

Terras raras, ou metais de terras raras, são um grupo substâncias químicas formadas por 17 elementos de difícil extração, utilizados na indústria para diversos fins. Sua presença no mundo é abundante, mas o processo de extração, em muitos casos, pode ser tóxico e radioativo.

Amarante diz que o novo marco regulatório e a criação da agência nacional de mineração irão destravar dezenas de solicitações de pesquisa e exploração de terras raras que já foram apresentadas ao MME. Além disso, foi estabelecido um convênio com o governo do Canadá para pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Gizele Azimi, professora e pesquisadora da Universidade de Toronto, diz que a parceria poderá contribuir para o desenvolvimento de tecnologias de processamento e que permitam a recuperação de elementos de terras raras em resíduos do processo de produção de minerais, como a lama vermelha resultante do processo de processamento da bauxita para a produção de alumínio e técnicas de extração de baterias de níquel e reciclagem de aparelhos elétricos.

Pesquisas com essas características já são alvo de estudos no laboratório de materiais estratégicos da Universidade de Toronto. "A demanda por terras raras cresce 5% ao ano e a projeção é que passará a crescer 25% ao ano até 2025. O mundo precisará de novas fontes de fornecimento do insumo", diz.

A estimativa é de um consumo mundial de 146 mil toneladas em 2015, para uma produção de 170 mil toneladas. Computadores, catalisadores, celulares, superímãs, carros híbridos e elétricos, turbinas eólicas e placas fotovoltaicas são alguns de seus principais usos.

A China dita as regras desse mercado, com 36% das reservas conhecidas, 85% do óxido de terras raras e 65% do consumo mundial. Mas a estimativa é de que cerca de 50% da produção chinesa provenham de mineração ilegal e agressiva ao ambiente. O governo chinês já anunciou que pretende estimular eliminar essa atividade.

A participação majoritária no mercado permite à China determinar os preços mundiais. Em 2010, o país asiático desestabilizou a oferta mundial determinando uma política de cotas para a exportação de óxido concentrado. Desde então a volatilidade dos preços internacionais se tornou grande.

A cotação de terras raras depende de suas características, que são determinadas pelo mineral de onde ela é extraída - cada um dos 200 minerais possíveis possuem preços bastante distintos, podendo variar de US\$ 10 a quase US\$ 100 por quilo, com uma média de US\$ 45 por quilo.

Esse é o maior desafio para a viabilidade da produção da Companhia Brasileira de Alumínio (CBMM). A mineradora de Araxá (MG) é o maior produtor mundial de nióbio. Clovis Antônio Souza, diretor da companhia, diz que apenas explorando o potencial resultante dos rejeitos do nióbio, rico em monazita, a CBMM poderia colocar no mercado 160 mil toneladas anuais de terras raras.

A companhia, porém, não tem projetos no momento com esse fim. O concentrado de terras raras oriundo da monazita tem baixo valor no mercado, US\$ 12. "É um valor inferior ao nosso custo de produção", diz. A Mineração Serra Verde está desenvolvendo um projeto em Minaçu, Goiás, com o objetivo de produzir 5 mil toneladas de óxidos de terras raras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Domingos Zapparoli | De Belo Horizonte

Título: Minas terá fábrica de ímã de alta potência

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) anunciou o início do projeto de instalação do primeiro laboratório-fábrica de ímãs de terras raras no Brasil. A fábrica terá capacidade inicial para produzir cem toneladas por ano de ímãs de alta potência, com aplicações principalmente no segmento de refrigeração. Os investimentos na construção da fábrica estão calculados em R\$ 35 milhões e, no total, o projeto custará R\$ 145 milhões.

"Será um projeto público com parceiros privados, não estamos criando uma estatal do ímã", diz Marco Antônio Soares Castelo Branco, presidente da Codemig. O governo mineiro ainda busca incorporar parceiros na empreitada. O projeto foi concebido em parceria com a Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (Certi), organização de pesquisa e desenvolvimento ligada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Castelo Branco diz que o objetivo do laboratório-fábrica é desenvolver tecnologias e aplicações em óxidos de terras raras e a expectativa é agregar parceiros empresariais. O primeiro acordo foi firmado com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), produtora de nióbio em Araxá (MG). O processo produtivo do nióbio acumula rejeitos de monazita, uma fonte da qual pode ser extraída os elementos de terras raras.

Segundo o diretor da CBMM, Clovis Souza, a companhia já detém a tecnologia da produção do óxido de terras raras, mas ainda não faz uso comercial do material. O laboratório-fábrica será erguido em Lagoa Santa, na Grande Belo Horizonte, em uma área de 9,6 mil m² e tem previsão de inauguração no segundo semestre de 2018. Segundo Castelo Branco, a demanda brasileira é de

1.200 toneladas anuais de ímãs de alta potência e o objetivo em longo prazo da fábrica é chegar a uma produção de 500 toneladas por ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Roberto Rockmann | De Belo Horizonte

Título: Contingenciamento de verbas pode afetar trabalho de nova agência

A Medida Provisória (MP) 790, que trata da criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), que vai substituir o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), preocupa o setor privado, uma vez que envolve a autonomia financeira e técnica do órgão que terá como principal atribuição regular o setor, de forma a acelerar as decisões. Será criada uma taxa de fiscalização sobre o segmento, com parte dos recursos destinada à manutenção da agência, mas o cenário de contingenciamento fiscal e o histórico recente das agências trazem dúvidas.

"Na última década, houve momentos em que a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) chegou a R\$ 1,5 bilhão e a R\$ 2 bilhões de arrecadação em um ano; e a fatia do DNPM, que era de R\$ 150 milhões e de R\$ 200 milhões, foi de R\$ 7 milhões e de R\$ 10 milhões, ou seja, o contingenciamento afetou o trabalho. Espero mesmo que eles possam contar com os recursos previstos para que possam fazer seu trabalho e equipar o órgão regulador", afirma Guilherme Simões, gerente jurídico da Votorantim Metais.

Para Eduardo Jorge Ledsham, presidente do Serviço Geológico do Brasil, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, é fundamental que o Congresso confirme a autonomia financeira da agência reguladora. "A situação dos órgãos públicos não é fácil, a limpeza é feita por funcionários e às vezes não se tem nem papel higiênico, é essencial que haja uma garantia para que os órgãos possam sobreviver sem cortes", destaca.

O diretor geral do DNPM, Victor Hugo Froner Bicca, afirma que a criação da agência deverá proporcionar maior transparência e agilidade ao setor. "Ninguém mais será surpreendido com uma portaria assinada, o processo será feito com base em audiências públicas", diz. Os diretores terão mandato de cinco anos, sem direito à recondução, e terão seus nomes indicados pelo presidente da República e serão sabatinados pelo Congresso. "O modelo atual se esgotou, a cada ano se reduzia o orçamento, não se fazia concurso e se discutiam as reformas, mas agora se tem um novo rumo e a proposta concreta de criação de uma agência."

A experiência recente das agências preocupa o setor privado, principalmente pelo aperto fiscal que irá perdurar alguns anos ainda sobre a União.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Paulo Felipe Mangerotti | Para o Valor, de Belo Horizonte

Título: Setor deve aprimorar gestão de risco de barragens

O risco de se ter uma barragem em operações de mineração é um fato quase inerente à atividade. Paulo Roberto Costa Cella, sócio-diretor da BVP Engenharia indica que 94% do armazenamento de rejeitos são feitos em barragens e o desafio é diminuir ao máximo a taxa de ruptura dessas estruturas.

Cella afirma que as barragens de rejeito têm um nível de risco dez vezes maior do que as de água, por exemplo, e a mineração deve buscar no mínimo equipar esses valores. "A gestão de rejeitos extrapola a comunidade técnica e é uma preocupação geral", declara o executivo.

A Vale tem 149 barragens de ferrosos em suas 27 minas no país. A maioria das estruturas estão no Corredor Sul e Sudeste, 118, todas localizadas no Estado de Minas Gerais na região do quadrilátero ferrífero, onde o minério de ferro produzido é de menor teor e implica o processo de beneficiamento com utilização de água.

"Ninguém tem dúvidas que a gestão de riscos sempre foi importante para as empresas", diz Marilene Christina Oliveira Lopes, gerente de gestão de riscos geotécnicos da Vale. "Nas empresas há riscos que você não pode correr, mas há outros que você precisa correr. A Vale não pode deixar de correr o risco de ter barragens e precisa trabalhar nessa gestão", acrescenta.

Neste ano, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) publicou a portaria 70.389/2017, que regulamenta obrigações sobre implantação, operação e desativação de barragens de mineração no país. Luiz Paniago Neves, gestor de seguranças de barragens do órgão, diz que a iniciativa surgiu a partir da necessidade de aprimorar duas portarias anteriores e criar um sistema robusto para a gestão das mais de 800 barragens de mineração que existem no Brasil.

Antes de ser publicada, a portaria foi debatida com empreendedores, associações e institutos, além de um grupo interno de trabalho no DNPM ser estabelecido para tratar sobre o tema. O órgão abriu uma consulta pública para receber sugestões sobre a portaria e recebeu 209 contribuições, sendo 52

consideras tecnicamente distintas, das quais 30 foram acolhidas total ou parcialmente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de Belo Horizonte

Título: Mineradoras enfrentam novos desafios para a sustentabilidade

Há um duplo desafio para a indústria de mineração brasileira. O acidente da Samarco abalou a credibilidade do setor e força as empresas a atuar sob uma nova ótica em que a sustentabilidade tem de estar ainda mais inserida na agenda corporativa. As mineradoras terão de reinventar sua licença social, se reaproximar das comunidades, criar indicadores que mostrem seu impacto e inserir as métricas sustentáveis nas decisões dos principais executivos.

"As empresas terão de fazer mais em sustentabilidade porque o processo de licenciamento se tornará mais difícil e há um desafio adicional: a atividade de mineração será ainda mais fundamental em uma economia de baixo carbono, porque cobre e lítio são metais usados em tecnologias inovadoras como carros elétricos. A mineração crescerá e em áreas ainda mais remotas", observa o economista alemão Nicolas Maennling, pesquisador sênior do Columbia Center on Sustainable Investment, de Nova York, que participou da Exposibram.

Para o presidente da Anglo American, Ruben Marcus Fernandes, o acidente com a barragem da Samarco, em Mariana (MG), fez a indústria perder credibilidade, o que força a atuação sob outra ótica. No caso da empresa, foi criado um comitê interno para disciplinar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (criados pela Organização das Nações Unidas em 2015 e que estabelecem metas sociais, ambientais e econômicas). "Estamos avaliando as nossas ações, quais as lacunas e como podemos incluir na gestão e aí iremos ver o que temos de priorizar em cada uma das comunidades em que operamos. A era de exuberância de lucros na mineração ficou para trás e agora gerar lucro para a sociedade será ainda mais essencial."

Marcus Fernandes aponta que dois dos principais desafios, além de incluir os objetivos sustentáveis nas metas dos executivos, são traduzir o que as mineradoras fazem para as comunidades locais, que muitas vezes têm preconceitos sobre a atividade, e usar indicadores que reflitam a realidade e não sofram com viés político.

"Nosso papel será reverter a perda de credibilidade que a indústria sofreu nos últimos meses", afirma. O uso de indicadores tradicionais, como Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH), terá de ser acompanhado com outros dados que terão de ser representativos e ter credibilidade.

Há dois outros obstáculos: o ciclo político e a falta de planejamento de longo prazo dos gestores públicos e da população, segundo Maristela Marques Baloni, representante residente assistente para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). "A empresa faz planejamento de longo prazo, se articula, mas falta a outra ponta, o setor público, a descontinuidade política é um problema porque a empresa não preenche o vácuo dos gestores políticos nem deve fazê-lo", afirma. Maristela conta que trabalha na criação de metodologia de cálculos para avaliar o custo de inação e o impacto do valor investido.

Para Liesel Filgueiras, gerente da Fundação Vale, o trabalho se torna mais complexo porque as mineradoras trabalham em áreas remotas em que os indicadores sociais são baixos e a população tem demandas urgentes de curto prazo, além de não terem conhecimento de direitos humanos básicos. "Isso torna ainda mais complicado as pessoas e os gestores públicos terem uma visão de médio e longo prazo para a sua comunidade, isso também complica que elas tenham conhecimento dos objetivos sustentáveis e do que estamos fazendo".

Considerada a capital mundial da celulose, Três Lagoas (MS) assistiu nos últimos dez anos à sua população triplicar para 110 mil habitantes, com investimentos de mais de R\$ 7 bilhões recebidos nos últimos anos. O desafio da Fibria, uma das gigantes instaladas na cidade, foi construir um planejamento de longo prazo para o município com envolvimento dos gestores públicos e da população. A empresa bateu à porta do Banco Mundial, que pela primeira vez financiou estudos de impacto de mudanças climáticas, de economia de carbono e de mancha urbana para uma cidade de interior do Brasil. Ainda firmaram-se parcerias com o BNDES, Caixa Econômica Federal e foi desenhado um planejamento de 30 anos para a cidade, que está disponível na internet para qualquer interessado ler.

"Além dos estudos, pesquisadores foram às ruas para ouvir a população e checar quais as preocupações e os desejos, aí foram desenhadas as prioridades e montado um comitê gestor com a sociedade civil para acompanhar como as metas estão sendo cumpridas. Esse é um exemplo de uma outra indústria, mas que também poderia ser usado em mineração. As pessoas precisam saber que existem casos de sucesso que podem ser replicados", diz Cloves Otávio Nunes de Carvalho, diretor presidente do Instituto Votorantim, que frisa que o grande desafio é envolver a população nos objetivos sustentáveis traçados pelas empresas. "O papel das empresas pode ser de incentivar que as pontas possam se unir".

A Votorantim, a empresa tem CNPJ em 413 municípios do Brasil. Além de definir prioridades para atuar, a empresa enfrenta em alguns casos obstáculos como a construção de uma agenda social nas cidades. "Há lideranças locais que manipulam as informações e colocam seus interesses pessoais acima dos públicos, essa formação de interlocutores nas cidades é um processo importante e que exige o envolvimento da população."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Domingos Zaparolli | Para o Valor, de Belo Horizonte

Título: Governo necessita aprimorar avaliações

A liberação por parte do governo federal em agosto, por meio de medida provisória, da exploração mineral na Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), seguida de um recuo após questionamentos e protestos da sociedade, evidenciaram a falta de um adequado plano de gestão territorial por parte do poder público brasileiro. A avaliação é do procurador Darlan Airton Dias, especialista em meio ambiente e patrimônio cultural do Ministério Público Federal.

A polêmica em torno da Renca não terminou e voltará a ser debatida em breve, uma vez que o secretário de geologia do **Ministério das Minas e Energia**, Vicente Lôbo, diz "a pauta está viva" e o que faltou foi habilidade da parte do governo federal em comunicar suas intenções e deixar claro que não há intenção de expor ao risco áreas de preservação ambiental e terras indígenas. A pesquisa mineral só será liberada em aproximadamente 20% da área.

Airton Dias afirma que o governo não possui instrumentos para avaliar a totalidade de impactos diretos e indiretos envolvidos na decisão de liberar a exploração de uma área sensível, no coração da Amazônia. "A legislação mineral e ambiental não são instrumentos de ordenação da ocupação racional do território", diz o procurador.

A Renca ocupa uma área de 47 mil km², tamanho equivalente ao do Espírito Santo, entre os Estados do Pará e Amapá. Na área existem sete unidades de preservação ambiental, sendo três integrais, ou seja, não podem ser exploradas, e outras quatro de uso sustentável, onde a atividade econômica pode ocorrer com a aprovação de um plano de manejo. Há também duas reservas indígenas, Waiãpa, no Amapá, e Rio Paru D'Este, no Pará.

Para os ambientalistas, a instalação de mineradoras na região provocará uma migração populacional que pressionará a região de floresta, e poderá estimular o garimpo ilegal, que já é forte na região, e provocar conflitos sociais.

Eduardo Leão, secretário adjunto da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará (Sedene), diz que a preocupação da sociedade é legítima e que o Pará está empenhado em promover um desenvolvimento sustentável de seu território. Mas a discussão sobre a ocupação da região não se pode dar de forma emocional e sem ouvir a população local. "A Amazônia é lar de 25 milhões de pessoas. Interromper o desenvolvimento econômico da região vai levar essas pessoas à fome e à exploração irracional dos recursos", diz. Segundo Leão, o Renca já é ocupado por um garimpo ilegal que gera impacto ambiental descontrolado.

Para Airton Dias, o desafio do governo, antes de colocar o tema da Renca novamente em pauta, é conciliar os diversos interesses envolvidos na ocupação territorial tendo como base a perspectiva de desenvolvimento socioambiental sustentável.

Mario Monzoni, coordenador geral do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Fundação Getúlio Vargas, diz que o melhor é adiar a discussão. "Por melhor que possa ser a intenção do governo, temas sensíveis não vão ser bem recebidos no momento". Monzoni acredita que a questão deve ser debatida pelo próximo governo e a partir de bases mais estruturadas.

A gestão territorial, segundo Monzoni, precisa de um olhar acima de questões de licenciamento e compliance corporativo. O licenciamento brasileiro, em sua opinião, tem uma concepção ambiental, sem uma agenda socioeconômica, e com uma visão de projeto, quando seria necessário pensar a ocupação regional de forma integrada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Felipe Mangerotti | Para o Valor, de Belo Horizonte

Título: Indústria precisa resolver como administrar produção de rejeitos

Uma única mineradora é capaz de produzir mais rejeitos que todas as cidades do mundo, segundo dados apresentados por Joe Cucuzza, diretor-geral da Amira International, organização australiana sem fins lucrativos que atua no setor de mineração. Nesse panorama, está cada vez mais na pauta das companhias a gestão desses rejeitos e a resposta pode estar desde a produção de materiais para a construção civil até a agricultura.

Cucuzza aponta que, em 2011, uma única mineradora, de nome não revelado, produziu 1,5 bilhão de toneladas de rejeitos de mineração, enquanto que em 2012 a produção de rejeito municipal em todo o mundo foi de 1,3 bilhão de toneladas. "Não há dúvidas de que a mineração precisa resolver os problemas

de resíduos agora", disse o executivo, durante o painel "Os desafios para a gestão de resíduos na mineração" na 17ª edição da Exposibram. "Todo mundo reconhece que a indústria de mineração tem um grande problema nesse momento que não é só a gestão de resíduos, mas também a produção deles", acrescentou.

Para Eder de Souza Martins, pesquisador da Embrapa Cerrado, uma alternativa para o uso dos rejeitos produzidos pelas mineradoras é a utilização na agricultura. "O resíduo deve ser sempre considerado um recurso", afirma. Ele diz que 70% do nitrogênio utilizado na agricultura brasileira, assim como metade do fósforo e 95% do potássio vêm do exterior.

De acordo com o pesquisador, na exploração de ouro feita pela Mineração Maracá em Chapada (GO), o rejeito produzido pela empresa é fonte de biotita e pirita, substâncias que têm em sua composição o potássio.

Segundo Martins, a maior parte dos fertilizantes usados na agricultura são provenientes do Hemisfério Norte, o que faz do Brasil um país dependente desses insumos. "Nós aumentamos o uso desses fertilizantes ao longo do tempo e isso não tem como retornar, nós necessitamos cada vez mais do uso dessas fontes para poder continuar a produção agrícola."

Uma alternativa para obter insumos como potássio é a partir do uso de remineralizadores de solo, que desde o ano passado podem ser registrados no Ministério da Agricultura. Apesar disso, ele ressalta que existem critérios objetivos sobre os remineralizadores, que precisam ter em sua composição valores mínimos de cálcio, magnésio e potássio na forma de óxido, sem conter metais pesados e comprovadamente eficiente do aspecto agrônomo.

Alessandra Prata de Almeida, engenheira especialista da Samarco Mineração, apresentou alternativas já desenvolvidas para reutilização dos rejeitos gerados em suas operações. A empresa é um dos motivos pelos quais o tema está em alta no setor mineral brasileiro, desde o rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG). A tragédia, considerada a maior da história ambiental do país, aconteceu em novembro de 2015 e deixou 19 mortos.

A engenheira afirmou que hoje o foco da empresa é voltar a operar com mais segurança. Para ela, existem três pilares para mineradoras em relação aos rejeitos: a capacidade de reduzir sua geração, formas mais seguras e tecnológicas para dispô-los e, por fim, o reaproveitamento do rejeito gerado.

O plano de aproveitamento de rejeitos, conforme o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), existe dentro de duas possibilidades: o rejeito arenoso sendo utilizado para a produção de ladrilhos hidráulicos e blocos pré-

moldados e a lama, que serve pode ser aproveitada em artefatos cerâmicos ou pigmento para tintas.

Alessandra diz que a própria Samarco já utilizou blocos intertravados, que tem em sua composição 30% do rejeito arenoso da mineradora, em obras internas da companhia e também em externas, como no calçamento de um bairro em Guarapari (ES).

Questionada pelo **Valor** sobre qual percentagem do rejeito produzido hoje pela empresa que pode ser utilizado em reaproveitamento para produção desses materiais, Alessandra diz que em torno de 5% do total. No entanto, ela ressalta que ainda é preciso mais desenvolvimento tecnológico na área e que também existam empreendedores interessados no negócio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Felipe Mangerotti | De Belo Horizonte

Título: Fundação Renova faz planos para reparação da bacia do Rio Doce

Roberto Waack, presidente da Fundação Renova, responsável por realizar a reparação e compensação dos danos do desastre ocorrido há dois anos com o rompimento da barragem da mineradora Samarco, afirma que o futuro da Bacia do Rio Doce é ser melhor do que era antes do acidente em Mariana (MG), que despejou 39,2 milhões de m³ de rejeitos no meio ambiente.

De acordo com Waack, não é responsabilidade da Fundação Renova, criada após a assinatura de um Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) entre Samarco, suas acionistas Vale e BHP Billiton, governo e instituições, definir o que é de fato "um rio Doce melhor".

"A gente tem algumas pistas que estão essencialmente ligadas a uma melhor harmonia entre a questão social, ambiental e econômica", disse o executivo ao ser questionado pelo **Valor** depois de sua apresentação no painel "Fundação Renova - o novo futuro da Bacia do Rio Doce", no Congresso Brasileiro de Mineração (Ibram).

Germano Luiz Gomes Vieira, secretário-adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, afirmou que uma das premissas iniciais depois da tragédia é aproximar o meio ambiente ao que era antes do acidente e melhorá-lo por meio de medidas compensatórias.

"Bom ou não, nós temos um acordo celebrado em quatro meses após o acidente. Eu digo isso com tranquilidade porque é óbvio que se você perguntar

para qualquer um dos chefes dos poderes ou para os dirigentes das duas secretarias, eles vão dizer que não é o modelo, não é o melhor acordo que eu queria. Mas se não fosse assim, não seria um acordo", disse.

Waack vislumbra como futuro para a Bacia do Rio Doce corredores ambientais e ecológicos valorizados, sem emissão de efluentes e resíduos sólidos, e para a sociedade ao entorno maior acesso à educação. Para isso, a Renova trabalha com três eixos temáticos: pessoas e comunidade, onde busca o fomento à economia, saúde e indenizações aos atingidos; terra e água, trabalho com a gestão hídrica e biodiversidade; e, por fim, reconstrução e infraestrutura, etapa em que são feitos os reassentamentos e tratamento de água e efluentes.

Um dos objetivos da Renova é também proporcionar condições para a retomada de operação da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, mais conhecida como Candonga. Dos mais de 39 milhões de m³ de rejeitos que saíram da estrutura no distrito de Bento Rodrigues, 20,3 milhões de m³ estão no trecho que vai até a usina. O restante, 18,9 milhões de m³ se estima que ultrapassaram Candonga e percorreram os cursos d'água.

"Um dos grandes desafios é dar condições de retorno para a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, que ainda é onde está retida a maior parte dos rejeitos. Então tem uma obra importante de construção de uma área para receber esses rejeitos", afirmou Waack.

O rio Doce é considerado hoje o mais monitorado do país, com 92 pontos de monitoramento distribuídos por sua extensão. 80 mil dados já foram compilados e compartilhados com órgãos ambientais. A Fundação Renova já iniciou a recuperação de mais de 5 mil nascentes e deve recuperar 40 mil hectares de Áreas de Preservação Permanente, além de ter um plantio estimado de 20 mil mudas.

A Samarco, que está com as atividades paralisadas, representa 1,2% do PIB de Minas Gerais, diz Olavo Machado Júnior, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Ele afirma que a paralisação da empresa é um problema de todos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Paulo Felipe Mangerotti e Françoise Terzian | Para o Valor, de Belo Horizonte e São Paulo

Título: Minas conectadas têm ganho de produtividade

As inovações propostas pela indústria 4.0, como a utilização da internet das coisas (IoT, na sigla em inglês), big data e analytics, não são apenas o futuro do setor de mineração, mas também o presente. A plataforma promove produtividade, segurança e ajuda o setor a dar melhores respostas sobre suas operações, segundo executivos que participaram do Congresso Brasileiro de Mineração.

De forma geral, as minas de minério de ferro brasileiras demandam aumento de produtividade e segurança, ao mesmo tempo em que precisam reduzir custos. De olho nesse cenário e no conceito de mining 4.0 que se espalha pelo setor no mundo, a Bosch desenvolveu a plataforma inteligente Mina Conectada, baseada em IoT e que contempla várias tecnologias capazes de conectar pessoas e equipamentos com o intuito de auxiliar na tomada de decisão em todas as etapas do processo - da extração ao porto.

Assim, é possível gerenciar uma mina por meio de sensores e softwares. A plataforma permite coletar informações de forma remota e monitorar as funções primordiais dos maquinários dentro da mina, em período 24x7, a exemplo dos caminhões fora de estrada, das correias transportadoras, dos equipamentos de britagem, peneiramento e moagem.

Desta forma, dá para assegurar a manutenção dos equipamentos e veículos, ampliando sua segurança e redução de custos relacionados ao tempo de parada. O objetivo é garantir o melhor rendimento, bem como prever possíveis falhas a tempo de corrigi-las em tempo real. "O seu funcionamento não altera em nada os equipamentos já existentes. Pelo contrário, utiliza-se das informações já monitoradas para estabelecer a conectividade e criar um ambiente inteligente conectando homem/máquina com o objetivo de auxiliar na tomada de decisões de forma efetiva", afirma Alberto Abdu, gestor de inovação e negócios em mineração da Bosch.

Já há testes pilotos sendo conduzidos em clientes e parceiros no Chile e no Brasil. Essa plataforma da Bosch é voltada para mineradoras de todos os portes, por ser passível de customizações e escalável.

Para Reinaldo Fiorini, sócio-sênior e líder global de energia e materiais na América Latina da McKinsey, apesar de o setor ser um dos últimos a adotar as inovações da indústria 4.0, essas tecnologias podem ajudá-lo a superar a queda constante na produtividade registrada em 15 anos. "As novas tecnologias podem ajudar a reverter essa curva."

O maior gap tecnológico na mineração está justamente nas minas, de acordo com Constantino Seixas, diretor-geral da Accenture. Segundo dados

apresentados pelo executivo, 82% das empresas reconhecem que vão investir em tecnologia digital nos próximos anos.

Para ele, a mineração do futuro será conectada, autônoma e preditiva, com a capacidade de responder aos executivos, por exemplo, o que acontecerá com a produção se um caminhão a mais for colocado para operar ou até mesmo prever a produção diária e por turno de trabalho em uma mina.

Para Afonso Luis Cavaliere, sócio da EY Brasil, é preciso que as mineradoras trabalhem no aspecto humano para a implantação dessas tecnologias, uma vez que elas podem ser aplicadas ao longo de toda a cadeia da atividade.

Apesar de a grande atuação da empresa ser na siderurgia, a Gerdau possui em Minas Gerais duas operações de minério de ferro, em Ouro Preto e Itabirito, com capacidade de produção anual de 11 milhões de toneladas, destinadas ao consumo próprio e ao mercado externo. Segundo o gerente-geral de mineração, Wendel Gomes da Silva, a empresa começou a implantar o projeto Minas Digital em 2016, que otimiza os processos industriais por meio das tecnologias da indústria 4.0, com o objetivo de obter melhores resultados.

"O processo olha para a questão de produtividade e redução de custos, mas fizemos o trabalho olhando muito para a sustentabilidade ambiental e compliance."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: De São Paulo

Título: Delegações do exterior buscam novas parcerias

Mesmo com a crise política e financeira do país, a Exposição Internacional de Mineração (Exposibram) mostrou que o mercado internacional está bastante disposto a fazer negócios com o setor de mineração brasileiro.

Durante o evento, do dia 20 ao 22 de setembro, uma das presenças mais entusiasmadas com a possibilidade de geração de novos contratos com o Brasil foi a de Vijay Rangarajan, embaixador do Reino Unido no Brasil. Parceiro do país há quase dois séculos no setor, o Reino Unido esteve presente, pela primeira vez, com um pavilhão e 15 empresas (sendo oito expositoras).

Dentre os principais grupos de produtos da pauta das exportações brasileiras para o Reino Unido em 2015, os primeiros foram o ouro e as pedras preciosas, seguidos pelos minérios de ferro, manganês e tungstênio.

O Reino Unido tem por volta de 4,7 mil empresas atuando no setor - de mineradoras a fornecedores de soluções de alta tecnologia. Destaque para aquelas que oferecem big data para análise de dados, de forma a conduzir o dia a dia das mineradoras com mais eficiência e segurança.

Dentre as empresas da região com operação no Brasil, destaque para a AngloGold Ashanti, a maior mineradora de ouro do país e a terceira do mundo. A empresa originou-se da Saint John Del Rey Mining Company, que chegou ao Brasil em 1834 e deu início à exploração de ouro em Nova Lima, Minas Gerais.

Hoje, o Brasil é o maior fornecedor de minério de ferro para o Reino Unido e o principal parceiro. "Londres é um dos maiores centros mundiais de financiamento de mineração", ressalta o embaixador.

A Holanda também quer se aproximar ainda mais do Brasil. A delegação do país contou com a presença de 11 empresas - quase metade já em operação por aqui - que trabalham com tecnologias e soluções para água. O foco nesse recurso natural escasso tem dois motivos. A geografia do país, que contribuiu para o desenvolvimento dessa expertise, e também o fato de o setor demandar muita água em seus processos. "Aprendemos que, ao invés de lutar contra a água, precisávamos aprender a conviver com ela", Remon Daniel Boef, representante chefe do Escritório da Holanda de Apoio aos Negócios em Belo Horizonte (MG).

A Holanda tem uma enorme expertise na área de água, que foi adequada para o setor de mineração. "Nosso objetivo não é vender soluções para o Brasil e ir embora. Queremos fechar parcerias, até para adequar a tecnologia holandesa para a demanda local."

O Canadá também marcou presença na Exposibram. "Hoje, são mais de 50 empresas mineradoras canadenses no Brasil, entre operação e prospecção. No sentido contrário, há várias brasileiras no Canadá como a Vale, a Votorantim e outras menores", observa Paulo de Castro Reis, diretor de relações institucionais Câmara Brasil-Canadá.

Ele acrescenta que cerca de 100% do vanádio extraído no Brasil são feitos com investimento canadense assim como já ocorre com 70% do ouro. "Nosso objetivo como câmara de comércio é contribuir para compartilhar experiências e identificar oportunidades de cooperação entre os dois países. Queremos facilitar o diálogo entre os diferentes interlocutores da cadeia produtiva de mineração."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Suplemento - Mineração****Autor: Paulo Felipe Mangerotti | Para o Valor, de Belo Horizonte****Título: Feira fortalece marcas e networking**

O setor de mineração ainda vive um momento de recuperação depois da baixa das commodities e, conseqüentemente, de ausência de grandes novos projetos. É o que indicam representantes de empresas que oferecem equipamentos e serviços para o setor e estiveram presentes na Exposição Internacional de Mineração (Exposibram) em Belo Horizonte (MG), entre 20 e 22 de setembro. Muitos acreditam que a oportunidade foi de fortalecer a marca e realizar networking para uma melhor fase que está por vir nos próximos anos.

A Sotreq, revendedora oficial de equipamentos Caterpillar no Brasil, por exemplo, aponta que a procura por negócios está maior do que nos últimos anos - a grande crise do setor se deu, principalmente, de 2015 a 2016. Segundo Bruno Peixoto, gerente de comercialização de tecnologia para a Unidade de Negócio de Mineração da empresa, o retorno dos clientes que visitaram o estande da empresa foi "ótimo".

"Temos um otimismo para o próximo ano. Comparando com o ano passado, temos recebido a procura maior por negócios. Muitos clientes nos questionando sobre projetos específicos, já trabalhando com o orçamento para o próximo ano", declara.

A esperança de melhora no mercado de mineração é o que alimenta também a Sumitomo Drive Technologies, que fornece soluções também para segmentos como florestal e indústria automotiva, entre outros. A companhia japonesa tem fábrica no Brasil há cinco anos, porém segundo o gerente de marketing da empresa, Eduardo Albuquerque, muitos clientes ainda têm a visão de que os produtos são importados da Ásia.

"Se o mercado responder positivamente e tudo que a gente cotar vier a se concretizar, acho que vai ser bom para todo mundo", afirma Albuquerque. No entanto, ressalva, "a gente espera que no ano que vem melhore, se não acontecer será complicado".

Jair Machado, gerente de vendas para a mineração da Liebherr, vê o quadro atual do setor minerário com menos otimismo. Segundo ele, a situação com o impasse em relação ao marco regulatório do setor, a presença da fabricante de equipamentos pesados para mineração e construção, é mais institucional do que com o objetivo de fechar negócios. Ele afirma que o mesmo acontece com

os concorrentes, de acordo com o que notou em conversas informais pela Exposibram.

"Se você olhar hoje o que está acontecendo na mineração, alguns projetos estão realmente investindo, como é o caso do ouro e a bauxita. Mas não é o caso do minério de ferro, por mais que exista uma melhora na cotação dos preços", afirmou.

De acordo com o representante da Liebherr, a Vale, maior mineradora do Brasil, trabalha com o objetivo de redução de custos de 20%, com vários equipamentos fora de operação. "Hoje nós temos um excedente de equipamentos no mercado, até que você volte a rodar com esses equipamentos e volte a fazer novos investimentos, isso ainda vai demandar algum tempo", afirma.

Se a situação do mercado é de retomada ou de não muito otimismo para Sotreq, Sumitomo Drive Technologies e Liebherr, que marcam presença na Exposibram sempre que a feira acontece de dois em dois anos, a Manitou, estreante no evento vê a experiência com bons olhos.

Fabio Miskulin, diretor de vendas da empresa francesa, afirma que muitas mineradoras demonstraram interesse nos equipamentos apresentados pela Manitou.

"Essa foi a primeira vez que a gente expôs na Exposibram e a movimentação nos dois últimos dias foi boa, muitas mineradoras interessadas em segurança.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Mineração

Autor: Françoise Terzian | De São Paulo

Título: Mercado de tubos cresce com uso de poliuretano de alta densidade

Um dos maiores custos de uma mina hoje é a tubulação extensa, que atravessa quilômetros para transportar desde ar e água até rejeitos de minério de ferro. Uma das tendências entre os minerodutos é a troca dos tubos de aço, cuja instalação e reparo são mais trabalhosos, por um material chamado Pead (poliuretano expandido de alta densidade). Calcula-se que, atualmente, no mercado brasileiro de mineração, 70% das tubulações são confeccionadas em material Pead.

Considerado mais leve e flexível, ele tem levado fornecedores a desenvolver produtos que atendam essa nova realidade. Para atender o novo cenário, a americana Victaulic, empresa especializada em soluções para sistemas

hidráulicos que atende mercados como o de mineração, apresentou as conexões Refuse-To-Fuse para Pead, durante a Exposibram.

A novidade chama atenção por dois detalhes. Segundo a fabricante, trata-se do primeiro acoplamento para união de tubulação em Pead. O segundo é que ele permite juntar tubos de pontas lisas sem a necessidade de parafusos ou soldagem. Daí o nome, traduzido do inglês, refuse-to-fuse (recusar-se a fundir).

"O intuito desses acoplamentos é a redução do tempo de montagem e de manutenção, sendo até dez vezes mais rápida que os métodos tradicionais, além de eliminar a necessidade de termofusão, eletrofusão e similares", explica Gabriel Scarpelli, gerente nacional de contas para o setor de mineração da Victaulic. Outra vantagem, segundo ele, é a possibilidade de realização dos serviços sob qualquer condição atmosférica, aumentando assim a produtividade na execução das instalações e a redução do tempo de parada e manutenção em uma mina.

Outra novidade é o chamado 795 Knife Gate Valve, que a Victaulic define como a primeira válvula guilhotina do mercado que possibilita a troca de sede e faca sem a necessidade de retirar a válvula de linha. "Dentre as vantagens, destaco a redução de 95% do tempo de manutenção e de até 60% dos custos. Tudo isso de forma segura e eficiente", garante Scarpelli.

A válvula tipo guilhotina é largamente utilizada em sistemas hidráulicos na indústria de mineração. O diferencial do modelo 795 da Victaulic é integrar as características de válvulas guilhotina convencionais aliadas à facilidade de instalação e manutenção. Uma manutenção periódica de um sistema que duraria 8 horas acaba tendo o seu tempo reduzido para 15 minutos.

Essa redução de tempo, explica Scarpelli, é valiosa nas mineradoras, principalmente as que trabalham com minérios de alto valor agregado como ouro, prata e nióbio. Ele garante ainda que não é necessário equipe especializada, reduzindo os custos de mão de obra em até 60%.

MME / ASCOM .